

As políticas erradas do Governo de direita, o seu discurso ultrapessimista e a destruição irresponsável do trabalho dos anos de governação socialista, lançaram o País na recessão económica, provocando um aumento dramático do desemprego, que em grande medida está também a afectar quadros superiores. Não há estratégias de apoio às empresas, a Administração Pública está caótica e o clientelismo mina o aparelho de Estado. O alerta foi lançado por Ferro Rodrigues, que anunciou uma interpelação ao Governo na Assembleia da República sobre a situação económica e social do País. É preciso inverter este ciclo com novas respostas e uma intervenção de emergência.

► Páginas 4 e 5

LUTAR CONTRA A CRISE



**JORGE
COELHO
DENUNCIA
ASFIXIA
DO PODER
LOCAL**

► Página 7

**GOVERNO DEVE PRESTAR CONTAS
AO PAÍS SOBRE PERDA DE FUNDOS
COMUNITÁRIOS**

► Página 4

**POLÍTICA DOS RESÍDUOS INDUSTRIAIS
PERIGOSOS É UM EMBUSTE**

► Página 9

**PS/AÇORES QUER ESTATUTO
DE ULTRAPERIFERIA NA FUTURA
CONSTITUIÇÃO EUROPEIA**

► Página 8

A SEMANA REVISTA

Ferro Rodrigues deu uma conferência de Imprensa, na passada segunda-feira, onde responsabilizou o Executivo pela crise económica e social em que o País mergulhou, matéria que vai ser alvo de uma interpelação ao Governo por parte do Partido Socialista na Assembleia da República.

No âmbito da preparação da interpelação do Partido Socialista ao Governo sobre "A crise económica e social e as políticas de promoção do investimento", Ferro Rodrigues, acompanhado de Ana Gomes e José Sócrates, deslocou-se nos dias 11 e 12 a Castelo de Paiva, Covilhã e Guarda, que incluiu visitas a empresas e reuniões com sindicatos e empresários.

Ferro Rodrigues participou num jantar de trabalho com os presidentes das federações do Partido Socialista, em que foi abordada a preparação dos próximos congressos federativos, com especial enfoque na organização interna do partido, nomeadamente no que respeita às eleições para as diversas estruturas partidárias.

Ana Gomes participou pela primeira vez na reunião do Secretariado Nacional na segunda-feira passada.

Jorge Coelho, responsável pelo pelouro autárquico do Partido Socialista, esteve em Portimão no encerramento da Convenção Autárquica, onde denunciou a asfixia do poder local pelo Governo.

A Federação do PS/Baixo Alentejo inaugurou no passado dia 12 uma exposição de trabalhos em madeira, da autoria de Albano Graça de Almeida, na sede do PS de Beja.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

PIOR CEGO É AQUELE QUE NÃO QUER VER

ANTOONIO COLAÇO

Sampaio mostra cartão amarelo ao Governo
 Presidente pede «sensibilidade social» ao Governo nos casos de falências « Por entender que as pessoas «não são números» »

Mais 55 mil estão no desemprego
 « Impacto do PS em termos de emprego em toda a ordem de economias portuguesas »

Profissões qualificadas com menos 58 mil empregos
 Taxa de desemprego atinge 6,2% no quarto trimestre de 2002

300 pessoas por dia ficam sem emprego
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E DIAGNÓSTICO DE PROBLEMAS SOCIAIS

NÚMERO DE DESEMPREGADOS SUBIU 50 POR CENTO EM 2002

Desemprego deixa 100 mil sem subsídio
 Taxa trimestral disparou para 6,2% e a falta de apoios atinge sobretudo jovens e trabalhadores a recebe-verde
 Ferro Rodrigues acusa o Governo de não lutar contra o desemprego nem amortecer o impacto social da crise

Desemprego é o mais alto dos últimos 5 anos
 170 mil perdem emprego durante 2002



A INFORMAÇÃO TUTELADA

O Governo decidiu forçar a designação do jornalista Luís Delgado como director-geral da Lusa – a agência nacional de notícias, de cuja empresa o Estado é accionista maioritário. O jornalista referido é um assumido e militante representante dos pontos de vista mais à direita do espectro político português; produz e propõe-se continuar a produzir opinião política e ideologicamente situada num jornal diário nacional; é director e propõe-se continuar como co-proprietário de um órgão de informação chamado Diário Digital; tem ligações evidentes a meios empresariais e meios políticos. É aceitável que esteja à frente da agência nacional de notícias uma personalidade com tal perfil e tais interesses? Não, não é aceitável. Não é uma questão pessoal, é uma questão de equilíbrio institucional e sensibilidade política. O presidente da comissão política distrital do Porto do PSD fez declarações públicas sobre os conteúdos da programação da NTV, o canal por cabo que é propriedade da RTP, identificando nominalmente os programas que lhe pareciam ser inconvenientes. Como por acaso, eram programas de expressão e crítica política. É tolerável esta influência partidária sobre a informação? Não; é intolerável, e ainda mais quando há claros indícios de que esta influência esteja a surtir efeito.

Entretanto, o ataque sistemático à RDP conduzido pelo Ministro Morais Sarmento, assim como as ameaças que se perfilam sobre o serviço público de televisão, vão criando um clima muito desfavorável à liberdade e ao pluralismo da informação. Ora, a conjugação deste clima com outros dois factores pode tornar muito preocupante o panorama dos “media” portugueses. Um desses factores é a “tabloidização” da informação, que atinge com especial evidência os telejornais, mas está cada vez mais presente na imprensa escrita, incluindo a que gosta de se chamar a si própria “de referência”. A “tabloidização” altera radicalmente a agenda informativa, colocando à frente o pequeno escândalo e o “fait-divers”, menoriza a actividade e o debate político e limita, de facto, a informação política disponibilizada aos cidadãos.

O outro factor é a concentração que se vai verificando nas empresas de comunicação social. A não ser atalhada a tempo, pode conduzir a fenómenos de oligopólio, que representarão fortes condicionantes ao direito à informação e à expressão plural das opiniões.

O PS orgulha-se dos passos significativos que deu, no Governo, para a desgovernamentalização da informação prestada pelo serviço público de comunicação social – na Lusa, na RDP e na RTP. Mais uma razão para estarmos atentos a todos os factores e decisões que possam significar recuos na liberdade e no pluralismo da informação. Queremos uma informação livre e plural, não queremos uma informação tutelada, seja pelo poder político, seja pelo poder económico do momento.



AUGUSTO SANTOS SILVA

Augusto Santos Silva

O PS orgulha-se dos passos significativos que deu, no Governo, para a desgovernamentalização da informação prestada pelo serviço público de comunicação social – na Lusa, na RDP e na RTP. Mais uma razão para estarmos atentos a todos os factores e decisões que possam significar recuos na liberdade e no pluralismo da informação.

GUERRA CONTRA O IRAQUE

DAR UMA OPORTUNIDADE À PAZ

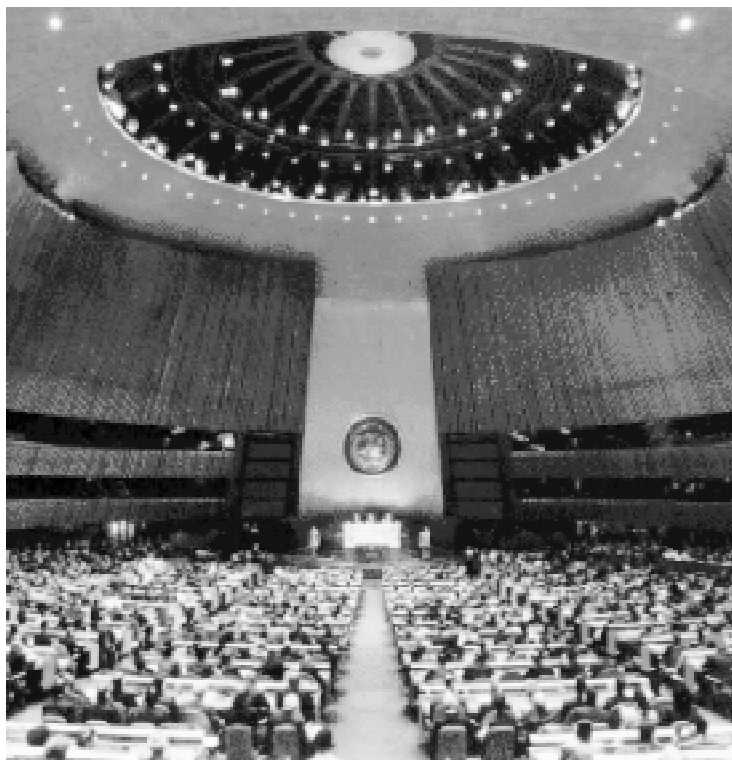
O PS é pela paz e pelo desarmamento do Iraque, mas não pactuará com correntes “complacentes” com Saddam Hussein ou com portugueses que fizeram “alguns serviços de propaganda ao regime de Bagdade”, garantiu Ferro Rodrigues que reiterou, mais uma vez, o apoio socialista às deliberações do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Questionado pelos jornalistas após a conferência de Imprensa da passada terça-feira sobre a situação económica e social do País, o secretário-geral explicou os motivos que levaram o partido a não dar apoio oficial à manifestação contra a guerra no próximo sábado, em Lisboa.

Ferro Rodrigues começou por referir que o PS, enquanto partido, “não participa em manifestações para as quais não foi convidado a organizar”, admitindo, no entanto, que essa jornada de protesto venha a contar com a presença de socialistas.

“Mas não contem connosco para alinhar com quem se tem revelado complacente com Saddam Hussein e com os que fizeram alguns serviços de propaganda ao regime iraquiano”, frisou.

Em relação ao Governo, Ferro Rodrigues avisou que, se houver um conflito armado no Iraque, não aceitará que o primeiro-ministro venha “dizer que o aumento do desemprego e a crise económica do País acontece por culpa da crise internacional”.



Foi uma posição prudente e responsável a assumida pelo secretário-geral do PS após as cinco horas de reunião do Conselho de Estado e antes de participar num encontro com os presidentes das federações socialistas.

Considerando que as “provas” contra o Iraque apresentadas pelo secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, deverão ser “clarificadas” no relatório dos inspectores das Nações Unidas, que, recorde-se, deverá estar concluído até ao próximo dia 14, Ferro defendeu que “a paz precisa de uma oportunidade”.

Segundo o líder socialista, numa matéria melindrosa como o conflito internacional que opõe Washington a Bagdade. “Portugal só terá a ganhar se falar a uma só voz”.

Confrontado com as diferenças de posições entre o Presidente da República e o primeiro-ministro, o líder socialista começou por responder que “cada um pode falar por si”.

Todavia, Ferro classificou como “um passo importante no sentido positivo” o facto de Durão Barroso ter admitido que deverá haver uma segunda resolução das Nações Unidas antes de qualquer intervenção militar no Iraque.

Em relação ao PS, o secretário-geral reiterou a recusa de um ataque militar norte-americano sem prévia decisão do Conselho de Segurança da ONU, alegando que Portugal “tem de defender o respeito pelo Direito Internacional”.

VISITAS A EMPRESAS

FERRO DESAFIA DURÃO A CONHECER A CRISE NO TERRENO E PASSAR À ACÇÃO

Ferro Rodrigues desafiou Durão Barroso a encetar "contactos directos com quem está com problemas" para "ouvir e saber de voz própria o que se passa no País" e passar à acção.

No âmbito das visitas de preparação da interpeleção ao Governo sobre a crise em Portugal, o secretário-geral do PS visitou, ontem, a fábrica de lanifícios Nova Penteação, na Covilhã, cidade onde se reuniu também com autarcas, sindicatos e associações empresariais.

Hoje, Ferro Rodrigues desloca-se a Figueiró dos Vinhos, onde visitará a Câmara Municipal e as instalações da empresa Gerry Weber, em processo de liquidação.

A Nova Penteação, uma das históricas e mais importantes empresas do sector laneiro nacional, atravessa a mais grave crise de sempre, tendo requerido junto do Tribunal da Covilhã, em Dezembro, o recurso ao Processo Especial de Recuperação de Empresas.

O passivo da empresa ronda os 30 milhões de euros, sendo que metade do valor diz respeito a dívidas à banca.

"A política tem de ser feita com contactos directos com quem sofre os problemas. Por isso estou a preparar a interpeleção ao Governo percorrendo o País", explicou Ferro, acrescentando que "ler *dossiers* e ouvir burocratas pode ser interessante, mas não



resolve o problema de ter toda a informação necessária perante a situação que Portugal vive".

À saída das instalações da Nova Penteação, o líder socialista salientou que "dos papéis e dos planos de intervenção com muitas páginas tem de se passar às acções".

"Há um momento para a acção e se esse momento passa são penalizadas as empresas

capazes, como esta", frisou, considerando que a Nova Penteação tem todas as estruturas e serviços para ser bem sucedida e "é uma fábrica com um papel importantíssimo em termos de emprego".

"São 500 pessoas que estão aqui empregadas e há inclusivamente famílias inteiras que aqui trabalham", lembrou, defendendo que a empresa "não pode ser deixada ao livre arbítrio do mercado".

"Não pode haver a ideia de que são as pessoas que a estão a dirigir que têm de procurar sozinhas novos parceiros", pelo que "o Estado também tem um papel a cumprir", defendeu.

Preocupação generalizada

O cenário de "preocupação generalizada" face à crise foi confirmado após o encontro de Ferro Rodrigues com autarcas, sindicatos e associações empresariais, que decorreu na Covilhã.

"Em todas as intervenções, de todo o leque político-partidário aqui feitas, há uma preocupação com as consequências que pode ter a imagem negativa que Portugal começa a ter no estrangeiro", afirmou Ferro.

Para o secretário-geral, tal cenário "é muito grave e não há défice público que compense essa imagem negativa, ainda por cima como

foi obtido: com quebras no investimento e processos contabilísticos que, em termos da economia real, não deram resultados".

Já na terça-feira, Ferro Rodrigues, tinha criticado severamente a "lógica de crise" do Executivo de direita, considerando que o ultrapeessimismo governativo colocou o País em recessão e agudizou os problemas sociais portugueses.

"A preocupação que houve no governo anterior de centrar a política económica e social no combate ao desemprego desapareceu totalmente. O actual Executivo tem como única batalha o combate ao défice público, descurando totalmente outros flancos e criando uma lógica de crise", afirmou.

"Não há memória de uma evolução económica negativa tão grave em tão pouco tempo. Em poucos meses deu-se cabo da política de emprego", acrescentou Ferro, que falava em Castelo de Paiva, após uma visita à empresa C&J Clark, que tem um curso o despedimento dos seus 588 trabalhadores.

Depois de lembrar que o Produto Interno Bruto caiu 0,5 por cento no terceiro trimestre do ano passado e de aludir a estimativas do Banco de Portugal sobre o agravamento da situação no quarto trimestre, o líder socialista disse que estes dados provam que o País "está em recessão desde o Verão de 2002".

PERDA DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

GOVERNO DEVE PRESTAR CONTAS AO PAÍS

A "escandalosa" perda nacional de fundos comunitários de Portugal em relação a Espanha, consequência da desastrosa gestão do Governo de direita, levou o PS a exigir a inversão imediata do "processo de desagregação administrativa em curso", o apuramento de responsabilidades e a prestação regular de contas à Assembleia da República sobre os compromissos e as execuções do QCA.

A vice-presidente da bancada socialista Elisa Ferreira denunciou, no debate parlamentar do ontem, que o nosso país perdeu recentemente a favor do vizinho espanhol 168 milhões de euros do fundo de coesão, um revés cuja hipótese de recuperação "é mínima", porque "a máquina [do Estado português] parou".

Segundo a deputada do PS, o aproveitamento do fundo de coesão registou uma quebra de 86 por cento em 2002, apontando como causas desta situação a perda do especialista

português para o acompanhamento da política de coesão em Bruxelas e os processos demissionários que estão a ocorrer nas comissões de coordenação regionais, entidades responsáveis pela gestão "de mais de 40 por cento do total de fundos".

"A Comissão de Coordenação do Alentejo está sem presidente nomeado, o presidente da

Comissão de Coordenação da Região Centro demitiu-se e continua sem ser substituído e a presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte demitiu-se e também não foi substituída", referiu, acrescentando que estamos a assistir ao desmoronamento, "leviano e desastrado" de toda a "complexa, competente e sofisticada estrutura da

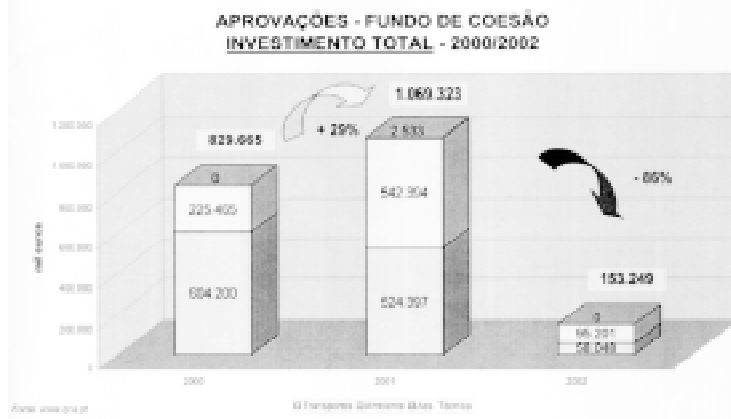
Administração Pública portuguesa" especializada em gestão de fundos comunitários e "acossada por opções políticas imediatistas e incompetentes".

Ainda de acordo com a dirigente do GP/PS, a Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, "que é o coração de toda a máquina administrativa de gestão do Quadro Comunitário de Apoio e do Fundo de Coesão, tem o seu responsável máximo demissionário, depois de todos os seus subdirectores se terem demitido". Para a vice-presidente do grupo parlamentar, as consequências desta "desestabilização irresponsável" estão à vista, situação tanto mais preocupante quando Portugal pretender renegociar apoios na fase de pós-alargamento da União Europeia, visto "não ter sabido aproveitar os que foram concedidos".

Mas o problema "não é conjuntural", advertiu Elisa Ferreira, para quem os dados relativos ao ano transacto são "assustadores".

"Infelizmente para Portugal, e tal como o Partido Socialista tem vindo a alertar, se nada de profundo e radical for feito, tudo indica que esta seja uma bola de neve que irá engrossando", concluiu.

MARY RODRIGUES



ECONOMIA

FERRO EXIGE ACTUAÇÃO DE EMERGÊNCIA PARA TRAVAR CRISE

Portugal está a viver uma "séria crise económica" fruto das "políticas erradas" do Governo de direita. Este é o alerta lançado pelo secretário-geral do PS, para quem "a actual situação exige novas respostas e uma actuação de emergência" no sentido de se travar a quebra do crescimento económico do País.

Ferro Rodrigues falava, terça-feira, na conferência de Imprensa realizada na Assembleia da República em que apresentou o teor da interpelação que a bancada socialista vai fazer ao Executivo sobre a situação económica e social do País, iniciativa agendada, entretanto, para o próximo dia 20. O líder do PS lamentou que, tendo evidentes "graves responsabilidades" na actual conjuntura de recessão, a equipa governativa de Durão Barroso "esteja a demonstrar nada ter percebido". "No terceiro trimestre de 2002, o Produto Interno Bruto (PIB) situou-se 0,5 por cento abaixo do valor registado em idêntico período de 2001", apontou, adiantando que, "segundo os indicadores do Banco de Portugal, no quarto trimestre de 2002, a queda será ainda maior". Perante estes dados, Ferro concluiu que o País "está já em recessão do ponto de vista técnico", assistindo-se também a uma "retração histórica e brutal ao nível do investimento". O líder socialista manifestou-se "seriamente preocupado com o aumento dramático do desemprego em Portugal", uma situação que, sublinhou, "afecta sobretudo os jovens e quadros com bacharelatos e licenciaturas". "É inaceitável que num país onde se sabe que a população activa tem baixa qualificação, sejam precisamente os quadros superiores os mais afectados pelo desemprego", considerou. Citando informações do Instituto Nacional de Estatística, o secretário-geral do PS declarou que



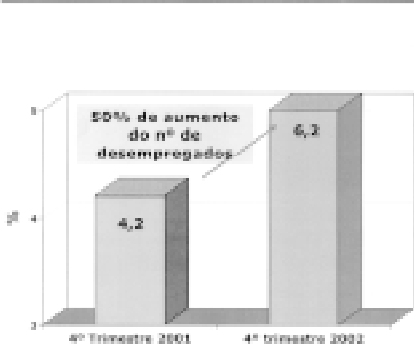
o desemprego passou de 4,2 por cento em 2001 para 6,2 por cento no final do ano passado, o que terá representado "um dramático aumento próximo dos 50 por cento". Para Ferro Rodrigues, o Executivo de Durão Barroso "degradou de forma deliberada o sentimento de confiança dos agentes económicos nacionais". É que, sublinha, "o País não estava de tanga, mas passou a estar, muito por culpa do efeito dessa frase proferida pelo primeiro-ministro". "Com um discurso ultrapessimista, o Governo minou o clima de segurança dos investidores e das famílias, justificando assim o incumprimento dos seus compromissos eleitorais", rematou. Ferro referiu, a título demonstrativo, que o indicador de confiança dos consumidores portugueses "é o mais baixo desde 1986", adiantando que essa realidade se estende a

sectores como o comércio e a indústria. Mas o Executivo tem também responsabilidades na presente crise por ter seguido "uma política orçamental errada nos seus objectivos e instrumentos", dando origem "a uma quebra da receita e a um aumento da despesa corrente", criticou o secretário-geral do PS, para quem a equipa de Durão Barroso "provocou ainda uma quebra do investimento público", não soube contrariar a rápida degradação das condições de vida das famílias e "demitiu-se da sua função reguladora ao nível de preços", como se viu no caso dos seguros e dos transportes públicos. "Portugal não tem hoje qualquer política coerente de apoio às empresas, o que impede o amortecimento de algumas crises perfeitamente evitáveis", disse Ferro Rodrigues, que também chamou a atenção para uma "desorganização em áreas críticas da Administração Pública o que agrava a presente instabilidade social".

Neste sector, segundo o líder socialista, o Governo "tem seguido uma política casuística", sendo as suas nomeações "um misto de clientelismo e de impreparação ao nível técnico". Por outro lado, sublinhou, "a utilização dos fundos comunitários não conta com uma direcção política nem com credibilidade". Perante este cenário, o secretário-geral garantiu que o PS, sendo o principal partido de oposição, não deixará fazer as denúncias que considere necessárias e exigirá que o Governo diga com clareza o que pretende fazer a nível nacional e regional. "É urgente um reforço e reorientação das políticas de emprego para posicionar Portugal na rota de relançamento", defendeu Ferro Rodrigues, que acusou a presente administração de estar a "destruir o trabalho de muitos anos de governação socialista".

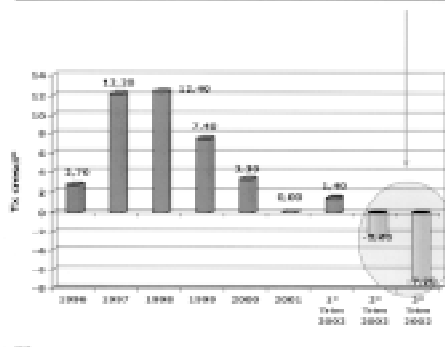
MARY RODRIGUES

Taxa de Desemprego



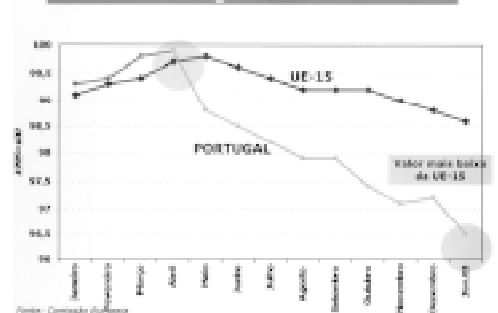
Fonte: INE

Quebra Brutal no Investimento



Fonte: INE

Sentimento Económico Portugal vs UE-15



Fonte: Comissão Europeia

ELEIÇÕES

TRÊS CANDIDATOS DISPUTAM LIDERANÇA DA FEDERAÇÃO DO ALGARVE

Três candidatos perfilam-se na sucessão de José Apolinário à frente dos destinos da Federação do PS/Algarve. São eles Miguel Freitas, Manuela Neto e Luís Carito, que já apresentaram os respectivos programas. A última palavra caberá aos cerca de 2000 militantes do PS/Algarve nas eleições que vão ter lugar a 21 ou 22 de Março. Entretanto, o livre debate de ideias está em curso nas estruturas de base dos socialistas algarvios. É o PS em movimento.

Miguel Freitas defendeu um PS/Algarve "fortalecido, renovado e transparente, que fale verdade e olhos nos olhos com os militantes e simpatizantes", ao mesmo tempo que considera que o partido na região "está sem confiança, sem voz, sem acção e sem projecto". Em conferência de Imprensa, destinada a dar a conhecer as grandes linhas-força da sua candidatura à presidência da Federação do PS/Algarve, Miguel Freitas afirmou que é "inequivocamente por um partido ao serviço da

região e por um PS em que a cultura do trabalho se sobreponha à cultura dos interesses". Miguel Freitas disse ainda querer um PS "capaz de ganhar de novo o Algarve, designadamente ao nível autárquico", daí estar apostado na escolha de candidatos às câmaras entre os melhores. Miguel Freitas pretende ainda "renovar a confiança dos eleitores do PS através de um projecto moderno e solidário, que coloque na agenda política as questões da educação e da coesão, das cidades e do território, da competitividade e da modernização". "Quero um PS de projecto e de acção", sublinhou o candidato, ao afirmar-se disponível para, se eleito presidente da Federação algarvia do PS, dialogar com as outras forças políticas e sociais em prol do desenvolvimento da região".

Autenticidade e novas práticas

Por sua vez, Manuela Neto apresentou a sua candidatura à presidência da Federação do PS/Algarve, em nome da "autenticidade e novas práticas". Na apresentação do seu manifesto eleitoral, que reúne "alguns militantes que se querem bater pela autenticidade dos valores socialistas, para os quais não basta seguir líderes sem programa", Manuela Neto afirmou que quer um PS/Algarve

"fiel aos seus princípios, em que haja pluralismo interno, em que todos possam e devam contribuir, expor as suas ideias, levantar problemas e propor soluções". Segundo sublinhou, "a lógica do concordar, apoiar e até adular os detentores do poder tem conduzido ao afastamento dos militantes e ao distanciamento da política". Por isso, para obstar a esta lógica, defendeu que "é necessário reafirmar os nossos valores de esquerda, de liberdade, solidariedade, igualdade e tolerância", acrescentando: "Queremos que no PS/Algarve a renovação iniciada pelo secretário-geral seja reafirmada através de novas práticas, novos métodos de acção política e novos protagonistas e não protagonismos".

Entre as novas práticas que se propõe levar a cabo, destacou a realização de eleições primárias para a indicação das listas de candidatos a deputados à Assembleia da República e aos órgãos autárquicos e a limitação de mandatos.

Primárias para a escolha de candidatos

Também o deputado Luís Carito apresentou a sua candidatura à liderança do PS/Algarve, prometendo a realização de eleições primárias para a escolha dos candidatos socialistas às autarquias.

Na sessão de apresentação da sua candidatura, Luís Carito lamentou que os restantes dois candidatos não tenham aceite a sua proposta de uma lista de consenso.

"Tentei que houvesse acordos, porque os projectos não eram tão diferenciados assim, mas

não foi possível a apresentação de uma lista única, se calhar porque há a questão dos protagonismos", disse. Desmentindo que tenha havido "negociatas de bastidores", Luís Carito afirmou que durante a campanha eleitoral não fará quaisquer ataques pessoais nem assumirá uma posição de "contar espingardas".

"Não pretendo apresentar mais nomes de pessoas que me apoiem, até porque não vou procurar apoios dos militantes pelos cargos que exercem, mas dos militantes uma a um, independentemente do que fazem no partido", disse. Considerou "normal" o apoio que lhe foi conferido pelo actual líder da Federação, José Apolinário, uma vez que o apoia "não como presidente federativo, mas como militante", considerando que qualquer militante "é livre" de se manifestar sobre os candidatos.

Durante a apresentação da sua candidatura à Imprensa, Carito comprometeu-se a "facilitar a organização efectiva das bases do PS/Algarve e das suas organizações locais por secções, quer com recursos humanos, quer com recursos financeiros e técnicos".

Promete ainda conferir o direito de escolha aos militantes, através de mecanismos diversos, de que destaca "a realização de primárias que seleccionem os candidatos autárquicos" e a concretização de quatro círculos uninominais no Algarve. E assegura também que, uma vez eleito, criará um sistema aberto de informação regional partidária, "que catalise as vontades e as ambições dos militantes", para promover uma participação "mais séria, mais activa e mais responsável".

J. C. C. B.

SETÚBAL

ALBERTO ANTUNES RECANDIDATA-SE À PRESIDÊNCIA DA FEDERAÇÃO

Alberto Antunes, líder da Federação do PS/Setúbal, anunciou a sua recandidatura ao cargo, elegendo como prioridade política a vitória socialista na maioria das 13 câmaras municipais do distrito.

Em conferência de Imprensa, que decorreu na Federação de Setúbal, Alberto Antunes apresentou a moção "Renovar a Confiança" de que é primeiro subscritor, e lembrou que só avançou com a recandidatura face ao falecimento do deputado socialista Aires de Carvalho.

Embora a CDU continue a ser a força maioritária no distrito, Alberto Antunes acredita que poderá transformar o PS na primeira força política do distrito nas próximas eleições autárquicas.

"Todos os concelhos onde não somos poder estão ao alcance do PS nas próximas eleições autárquicas", disse.

Sobre a actual situação económico-financeira, Alberto Antunes afirma que era necessário "reequilibrar as finanças públicas", mas acrescenta que "as dificuldades do País resultaram em grande parte de uma diminuição da actividade económica".

Por outro lado, afirmou que o Governo do PSD se limitou a vender património do Estado, como aconteceu com a rede fixa da PT, e que "não fez nenhum milagre para reduzir o défice".

Quanto à Câmara de Setúbal, o líder federativo socialista disse que grande parte das dificuldades económicas do município sadino se devem ao facto do novo Executivo camarário, da CDU, "não ter utilizado a capacidade de endividamento de 8,4 milhões de euros (1,7 milhões de contos)".



ANÚNCIO DE (RE)CANDIDATURAS NA FRO

CASIMIRO RAMOS E JOSÉ AUGUSTO CARVALHO VÃO A VOTOS

"O partido precisa de renovação", por isso, Casimiro Ramos vai candidatar-se à liderança da Federação Regional do Oeste (FRO).

No final de uma reunião preparatória que decorreu a semana passada, o actual presidente da Concelhia socialista de Arruda dos Vinhos anunciou que a sua estratégia para a FRO passa por "um ataque cerrado à falta de políticas do Governo para a região" e por "afirmar a federação no PS no distrito de Lisboa".

Por seu turno, o actual presidente, José Augusto Carvalho, apresentou a sua recandidatura a um segundo mandato, considerando estarem reunidas as condições "para um desempenho qualitativamente melhor porque enquanto secretário de Estado tinha funções muito absorventes".

Relativamente à questão colocada por Casimiro Ramos da FRO estar dependente da Federação da Área Urbana de Lisboa, José Augusto Carvalho disse que "não há o perigo de extinção".

A Federação Regional do Oeste do PS abrange os concelhos de Torres Vedras, Mafra, Lourinhã, Cadaval, Alenquer, Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço.

JORGE COELHO EM PORTIMÃO

GOVERNO ASFIXIA PODER LOCAL

Com o País em crise, "anestesiado" por causa do escândalo da pedofilia e do espectro de uma guerra contra o Iraque, o Governo aproveita a conjuntura para não debater os problemas reais e asfixiar as autarquias. Esta a denúncia feita por Jorge Coelho, na sessão de encerramento da Convenção Autárquica do Partido Socialista, que decorreu, no passado fim-de-semana, em Portimão.

"O poder local está asfixiado e estão a ser criadas condições para que as autarquias não continuem a contribuir, como o têm feito desde o 25 de Abril, para o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida dos portugueses", alertou Coelho. Uma das situações mais gravosas, segundo o responsável pelo pelouro autárquico do PS, prende-se com o corte na capacidade de endividamento dos municípios, nomeadamente para habitação social e para o investimento proveniente dos fundos comunitários, gerando uma paralisação geral dos empreendimentos.

"O Governo está a pôr em causa que em todo o País sejam erradicadas as barracas por irresponsabilidade e por cegueira política", frisou, acrescentando que "há obras a ficar paradas de norte a sul de Portugal".

Para Jorge Coelho, as pessoas estão a ser prejudicadas relativamente a esta matéria e "o PS não se pode calar, como não se podem calar as populações".

Para dar voz aos autarcas, o partido vai promover, já no próximo dia 22, em Santarém, um Fórum Autárquico onde se abordará com clareza "o que se passa nas terras, quais os cortes a nível do investimento e as consequências para as pessoas".

Novo modelo de financiamento

"Queremos criar condições para que daqui a três anos possamos ter novamente o PS à frente nesta



área autárquica", mas, até lá, reafirmou Coelho, "o que queremos é continuar a lutar, a trabalhar para que possamos ter uma vida melhor".

O ex-governante anunciou que nesse encontro o secretário-geral do PS irá apresentar as linhas-mestras do novo modelo de financiamento para o poder local que o PS está a preparar", afirmando que "é necessário haver um novo modelo, mas que não aumente a despesa pública".

Dirigindo fortes críticas ao Governo, Jorge Coelho admitiu que o País está neste momento preocupado, e o PS também, com o que pode acontecer com o lançamento de uma eventual guerra contra o Iraque e com o escândalo da pedofilia, acabando por não debater os problemas que afectam Portugal e as populações.

De acordo com o coordenador autárquico, ao contrário do que afirma o *marketing* político do PSD, "Durão Barroso está a fazer com que Portugal e a vida dos portugueses estejam a piorar em

relação ao passado, estando o desemprego a aumentar, os salários reais a diminuir e as pensões não estão a acompanharem o ritmo da inflação". A prova provada de que o Executivo de direita falhou até mesmo os seus objectivos economicistas reside na verificação de que a "despesa pública nacional de 2002, segundo dados do Banco de Portugal, foi superior à que existia nos governos do PS".

"No que respeita à saúde, o Executivo prometeu défice zero; agora o primeiro-ministro diz-se feliz com um défice de 200 milhões de contos", rematou.

Modernizar a administração autárquica

O Fórum Autárquico do próximo dia 22 em Santarém deve debater a situação actual das autarquias e definir as estratégias do partido para esta área, defenderam os presidentes das câmaras municipais de Santarém e Abrantes.

Em conferência de Imprensa promovida pela Federação distrital do PS para apresentação do encontro, que terá por tema "O Estado do Poder Local", Rui Barreiro, presidente da Câmara

Municipal de Santarém, manifestou a sua satisfação em receber um encontro "desta dimensão", frisando que "era tempo de tomar posição sobre uma série de matérias" que afectam as autarquias.

Entre essas matérias referiu um conjunto de medidas adoptadas pelo Governo PSD/PP, como a transferência de competências sem as devidas contrapartidas financeiras ou as que põem em causa o aproveitamento dos fundos comunitários, com evidentes prejuízos para o País.

Por seu turno, Nelson Carvalho, presidente da Câmara de Abrantes, disse que o encontro "vem na altura certa", representando uma retoma de alguma iniciativa política do PS e do País, "que está desmoralizado e com falta de confiança nos partidos e nas instituições".

Neste quadro, disse ser fundamental que o Governo perceba que os municípios vão entrar num novo ciclo, seguindo-se aos investimentos em infra-estruturas, e que vai implicar uma diminuição das despesas em investimentos e um aumento das despesas de funcionamento, que permita gerir as estruturas criadas e apostar na formação dos recursos humanos.

Ambos os autarcas socialistas defendem uma nova lei das finanças locais que permita pensar em novas receitas e não deixe os municípios tão dependentes do sector imobiliário, bem como uma modernização da administração que apoie os cidadãos e promova a participação na vida democrática.

Nelson Carvalho não poupou críticas ao partido, que tem uma Associação Nacional de Autarcas "paralisada", situação com que, disse, "ninguém se pode conformar", pois é essencial para o debate e a definição de estratégias nesta área.

Para Rui Barreiro, o encontro de dia 22, suficientemente longe dos próximos actos eleitorais, deve levar o PS a reflectir sobre quais são as suas propostas para o poder local.

"Este não deve ser um encontro de crítica e de oposição ao Governo. Não queremos fazer um exercício de contrapoder, mas sim de reflexão conjunta de estratégias novas para os municípios e para o País", acrescentou Nelson Carvalho.

FUNDAÇÃO ANTERO DE QUENTAL

LINHA DE APOIO E CURSOS DE FORMAÇÃO PARA OS AUTARCAS DO PS

Uma linha de apoio jurídico e político aos autarcas e a realização de cursos de formação política destinados aos eleitos locais pelo PS são duas das iniciativas que vão ser levadas a cabo pela Fundação Antero de Quental e o Pelouro Autárquico do PS.

Numa carta enviada às estruturas do partido, aos membros da Comissão Nacional e aos autarcas socialistas, Jorge Coelho dá conta destas iniciativas, visando "dinamizar os nossos autarcas de freguesia e de município para, com os meios ao nosso dispor, travar um combate de afirmação de uma política autárquica que conduza à obtenção de um bom resultado eleitoral nas próximas eleições autárquicas.

Na missiva, Jorge Coelho refere que "a inequívoca relevância política das autarquias locais, dos homens e das mulheres que, de norte a sul do País, nos Açores e na Madeira, têm dado um contributo decisivo para o progresso, modernização e melhoria das condições de vida dos cidadãos, tem sido alvo de um fortíssimo ataque desferido pelo Governo PSD/PP".


E acrescenta: "Em apenas nove meses, o poder local, nas palavras do líder dos autarcas do PSD, esteve sujeito 'a um dos períodos mais negros da democracia portuguesa'".

De referir que a partir de agora a Fundação Antero de Quental e o Pelouro Autárquico do PS funcionarão no mesmo edifício na Av. das Descobertas, nº 17, em Lisboa, tendo os seguintes contactos: telef. 21 304 17 80, fax 21 301 59 57 e E-mail: autarquias.faq@netcabo.pt

fórum Autárquico do PS

O Estado do Poder Local

SÁBADO 22 DE FEVEREIRO 14.30H
CNEMA • SANTARÉM

 **Partido Socialista**

AÇORES

PS QUER ESTATUTO DE ULTRAPERIFERIA NA CONSTITUIÇÃO EUROPEIA

O PS/Açores defende que o princípio da ultraperiferia deve ficar consagrado no futuro tratado constitucional da União Europeia.

Em conferência de Imprensa, após reunião do Secretariado Regional dos socialistas, Vasco Cordeiro salientou que o reconhecimento da ultraperiferidade constitui um "elemento essencial para que o projecto da União Europeia" se concretize nas regiões mais afastadas dos centros de decisão.

O porta-voz do PS/Açores considerou ser "fundamental" que o reconhecimento do conceito da ultraperiferia numa eventual Constituição europeia esteja "ao nível do já consagrado" no Tratado de Amsterdão, apesar do actual artigo denotar alguns "problemas".

Relativamente à proposta dos artigos fundamentais da futura Constituição apresentados pelo presidente da Convenção sobre o Futuro da Europa, Vasco Cordeiro considerou que a ausência de uma referência ao estatuto da ultraperiferia "não é uma derrota definitiva", e adiantou que o PS/Açores está a "mobilizar toda a sua capacidade" para que este princípio fique consagrado no futuro tratado constitucional da União Europeia.

A proposta de Valéry Giscard d'Estaing está,



agora, sujeita a várias discussões, realçou Vasco Cordeiro, para quem os objectivos da região poderão ser alcançados com o contributo de todos os intervenientes nacionais no

processo.

O líder parlamentar dos socialistas açorianos adiantou, por outro lado, que o PS/Açores está a trabalhar na clarificação dos poderes

legislativos regionais, uma "questão importante" no âmbito de uma eventual revisão da Constituição portuguesa.

Uma possível evolução nesta matéria pretende evitar uma "interpretação demasiado restritiva por parte do Tribunal Constitucional" da legislação produzida na região, disse.

Congresso Regional na ilha Terceira

O Secretariado do PS/Açores considerou ainda que as relações privilegiadas luso-americanas "aconselham o Estado português a conceder" aos Estados Unidos facilidades de utilização da Base das Lajes, em caso de conflito com o Iraque.

Relativamente à proposta de nomeação de Laborinho Lúcio para ministro da República para os Açores, os dirigentes socialistas consideraram que o magistrado "reúne o perfil de credibilidade e independência requeridos para o cargo".

Na reunião do Secretariado Regional, ficou também decidido que o XI Congresso Regional do PS vai realizar-se na ilha Terceira, apesar de ainda não estar definida uma data.

NARCISO MIRANDA ALERTA

DISTRITO DO PORTO ESTÁ À BEIRA DE UM DESASTRE SOCIAL

O líder da Federação do PS/Porto, Narciso Miranda, denunciou o aumento exponencial do desemprego no distrito do Porto, com especial incidência nos jovens, desafiando o Governo a tomar medidas para travar este "desastre social" que pode atingir uma "dimensão histórica".

"Se numa altura em que se está ainda a debater o Código do Trabalho estamos a assistir à fuga de empresas para países onde a mão-de-obra é mais barata, nem quero imaginar o que vai acontecer quando estiver em vigor", afirmou, em conferência de Imprensa.

Falando no final da reunião do Secretariado do PS/Porto, Narciso Miranda disse que "é no mínimo caricato o que está a acontecer, quando supostamente o novo Código do Trabalho deveria aumentar a produção e captar investimento privado".

O líder do PS/Porto criticou o Governo por ter desmantelado o Programa Regional de Emprego para Área Metropolitana do Porto (PREAMP), o que foi mais uma contribuição para o "aumento do desemprego".

"Em 1999, quando foi criado o PREAMP, a taxa



de desemprego na AMP era de 5 por cento. Em Janeiro de 2003 é de 8 por cento, mais 2,5 por cento do que a média nacional", revelou o líder do PS/Porto.

"Desde o desmantelamento do PREAMP, num período extremamente curto, a taxa de desemprego aumentou 3 por cento", disse, acrescentando que "é extremamente grave

existir um cidadão desempregado em cada 12, na Área Metropolitana do Porto (AMP)".

Narciso Miranda manifestou-se particularmente preocupado com o alastramento do desemprego entre os jovens licenciados, salientando que "há cinco mil jovens do Norte com formação superior que andam à procura do primeiro emprego".

"O ano de 2002 foi o pior de sempre para os jovens que adquiriram formação superior, porque não conseguem encontrar resposta no mercado de trabalho", disse Narciso Miranda, acrescentando que "estes jovens criativos e irreverentes estão a perder a esperança, introduzindo essa situação no meio familiar". Segundo o líder da Distrital do PS/Porto, "ao contrário do que acontece noutros países da UE, como na França, este Governo não está a criar condições no tecido empresarial para criar emprego para jovens".

Narciso Miranda revelou ainda que "os deputados eleitos pelo círculo eleitoral do Porto vão ser convidados para uma reunião, que terá como objectivo transformar o problema do desemprego na AMP em jornadas parlamentares de debate".

AMBIENTE

POLÍTICA DOS RESÍDUOS INDUSTRIAIS PERIGOSOS É UM EMBUSTE

A paralisação do Executivo em matéria de tratamento dos lixos industriais perigosos motivou um debate parlamentar, a pedido do PS, no qual José Sócrates não poupou adjetivos no balanço que fez de dez meses da actual tutela do Ambiente.

Sendo que no âmbito global da governação a política ambiental deixou de ser encarada como prioridade para o desenvolvimento nacional, reina neste sector a "inacção, a apatia e a frustração" num ministério "parado, sem energia nem iniciativa".

O visível torpor ambiental é, no entendimento de José Sócrates, a prova acabada do falhanço político desta administração, nomeadamente no *dossier* da coíncineração.

"Depois de haver revogado a decisão de promover a coíncineração, deixando o País sem solução, o Governo apresenta-se aqui no esplendor da irresponsabilidade: a alternativa que arranjou é a exportação dos resíduos", recordou o ex-ministro do Ambiente, denunciando que o Executivo laranja-azul, como não conseguiu resolver o problema "decidiu exportá-lo".

Todavia, observou o deputado, "fora aqueles [lixos] que são depositados clandestinamente, exportar é o que hoje se faz". Assim, "o que verdadeiramente se propõe é deixar tudo como está e não fazer nada", o que "não é solução, é embuste".

"Já tínhamos intuído que o Governo tinha cedido à gritaria dos que foram afectados pelo síndrome Nimby – não no meu quintal", declarou José Sócrates, acrescentando que, agora, o Executivo passou a padecer do



síndrome Banana – "que significa não construir absolutamente nada, em lado nenhum e perto de ninguém".

"É esta a estratégia do Governo – a estratégia

banana – é a estratégia de não fazer nada", rematou.

No que se refere aos RIP, Sócrates salientou que os centros integrados de tratamento de

que se faz alarde não são mais do que os aterros com unidades de pré-tratamento já previstos anteriormente "apenas para receber os resíduos cujo destino adequado seja a deposição".

"Mas não é isso que constitui alternativa à coíncineração", explicou, considerando que "defender um erro é errar outra vez".

Segundo o parlamentar socialista, "foi um erro revogar a coíncineração" e "é um erro propor em alternativa a exportação de resíduos", porque assim se violam as orientações da política europeia de resíduos no sentido da auto-suficiência, se contraria o princípio da proximidade e em vez de reduzir o trânsito de resíduos vai aumentá-lo. Por outro lado, coloca-se Portugal numa posição insustentável de dependência dos outros países cujas infra-estruturas de tratamento estão projectadas para os seus próprios resíduos e se retira competitividade à indústria portuguesa oferecendo-lhe uma solução cara e incerta.

"Mas é sobretudo um erro para o ambiente", pois, reiterou Sócrates, "todos sabemos o que a ausência de soluções razoáveis e realistas significa a continuação dos comportamentos clandestinos; a deposição ilegal de resíduos é uma ameaça para o ambiente e para a saúde pública".

A terminar a sua intervenção, o deputado do PS disse que o que o Governo anunciou para os RIP não foi uma decisão e sim uma "renúncia". "Esta não é uma opção, é uma desistência. Esta não é uma solução, é uma fuga" concluiu, afirmando que o Executivo pretende seguir o caminho fácil: o da irresponsabilidade.

MARY RODRIGUES

EDUARDO CABRITA ACUSA

GOVERNO AMEAÇA EMPRESAS E PROTEGE ESPECULAÇÃO BOLSISTA

O deputado do PS Eduardo Cabrita exigiu a presença da ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, na Assembleia da República para "prestar contas" sobre alterações fiscais que são da competência do Parlamento.

"Exigimos ao Governo que aumentou os impostos quando os prometeu baixar, que ameaça as pequenas e médias empresas e protege a especulação bolsista, que venha à Assembleia da República prestar os esclarecimentos necessários e apresentar as propostas a que está obrigado pela Constituição, pelo respeito pelo Estado de Direito Democrático e sobretudo pelos eleitores perante os quais terá de responder", disse. Em causa estão a eliminação do mecanismo de retenção na fonte dos ganhos com mais-



valias com acções detidas até um ano e o adiamento da entrada em vigor do primeiro pagamento especial por conta de lucros das pequenas e médias empresas, previsto no Orçamento de Estado para 2003.

Eduardo Cabrita salientou que "a política fiscal do Governo tem prioridades óbvias, os titulares de mais-valias, e vítimas preferenciais, as pequenas e médias empresas e os trabalhadores por conta de outrem".

Referindo que a política fiscal é provavelmente "o melhor indicador da verdadeira face do Governo PSD/PP, o deputado socialista afirmou que "a maioria foi construída a partir da promessa de estimular a actividade económica através de uma brusca redução de impostos a que chamaram 'choque fiscal', mas no

Governo aumentaram os impostos e provocaram a depressão económica".

Baseando-se nos últimos indicadores estatísticos divulgados pelo INE, Eduardo Cabrita revelou que no terceiro trimestre de 2002 o PIB baixou 0,5 por cento, "o que já não acontecia desde 1993, nos tempos longínquos da anterior passagem de Manuela Ferreira Leite pelo Ministério das Finanças". Isto é, "em vez do estímulo à economia com redução de impostos, tivemos um arrefecimento da economia com aumento de impostos", disse, acrescentando que "manifestamente em matéria de modelo económico o Governo trocou o tigre irlandês pelo duce escocês".

J. C. CASTELO BRANCO

VICENTE JORGE SILVA AFIRMA

COMISSÁRIO POLÍTICO NA ADMINISTRAÇÃO DA LUSA É "ERRO DE CASTING"

O deputado socialista Vicente Jorge Silva considerou que a escolha de Luís Delgado para a administração da Lusa é um "erro de casting".

Falando na Comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais, onde a escolha do director, administrador e accionais do "Diário Digital" para a agência noticiosa nacional dominou os trabalhos, Vicente Jorge Silva referiu que "a nomeação de Luís Delgado é um erro de 'casting', porque ele não reúne os requisitos deontológicos e profissionais necessários para um cargo de tão elevada responsabilidade".

O ex-jornalista, que ilustrou mesmo as suas



ideias com a leitura de alguns excertos de crónicas de Luís Delgado, na sua habitual coluna do "Diário de Notícias", referiu que "o senhor Delgado tem as suas opiniões e os seus interesses muito legítimos", mas a sua nomeação configura um "conflito de interesses", que não se conhece "em nenhuma agência noticiosa do mundo". "Talvez, eventualmente, no Terceiro Mundo", acrescentou.

Graxa e relações públicas

O deputado do PS criticou também a "exuberância militante" do jornalista,

adiantando que "ele não esconde que é um comissário político".

"Não estamos a ver o administrador da Reuters ou da France-Press a manifestar-se com tanta exuberância militante como faz o senhor Luís Delgado", disse.

Na sua intervenção, que causou um indisfarçável nervosismo nos deputados da maioria e no ministro Morais Sarmento, Vicente Jorge Silva qualificou Luís Delgado de "profissional de relações públicas", referindo a "demasiada graxa" que o colunista de direita do "DN" dá a "todo o mundo" da sua área ideológico-política.

J. C. C. B.

COMÉRCIO

SOCIALISTAS DEFENDEM REFORÇO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E CÓDIGO DO CONSUMIDOR

A deputada socialista Maria Santos apresentou recentemente, na Assembleia da República, três requerimentos que visam salvaguardar os direitos dos consumidores e a reforçar a segurança alimentar no País.

Alertando para o facto de, nos últimos tempos, várias notícias darem conta do recrudescimento do sentimento nacional de insegurança relativamente ao produtos alimentares, a parlamentar do PS defende a necessidade de se dar uma rápida resposta a este problema, tanto mais que os resultados de um estudo da DECO (Associação Portuguesa de Defesa do Consumidor) mostraram a "presença anómala de medicamentos de uso animal em ovos, costeletas de porco e mel".

Face a este quadro, Maria Santos solicitou ao

ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Sevinate Pinto, que esclareça "quais as medidas adoptadas pela tutela em face do estudo" em questão.

Por outro lado, a deputada do GP/PS pretende também saber qual a execução que tem sido feita da resolução de Conselho de Ministros em matéria de segurança alimentar e se foram tomadas as decisões aí previstas.

Ainda neste requerimento, Maria Santos solicita informações do ministério face às declarações do director-geral de Saúde segundo as quais existem falhas no sistema de vigilância à variante humana da BSE, vulgo doença das vacas loucas. Em matéria de direitos do consumidor, a deputada socialistas quer que o ministro da Presidência defina a posição oficial do

Executivo sobre a necessidade de um Código do Consumidor, "dado que o programa eleitoral dos partidos da maioria e o Programa de Governo serem omissos a este respeito".

Maria Santos questiona igualmente Morais Sarmento sobre a fase em que se encontram os trabalhos desenvolvidos pela comissão nomeada pela administração socialista para apresentar um projecto de código.

Caso o Governo concorde com as vantagens inerentes à consagração de um Código do Consumidor, a parlamentar do PS quer saber "quando se pensa desencadear o respectivo processo de discussão e aprovação".

Por fim, aos ministro da Economia e das Cidades, Maria Santos pergunta "quais as medidas que o Governo vai adoptar no sentido

de garantir a segurança dos consumidores nos centros comerciais".

"Existe algum plano de emergência articulado para assegurar uma evacuação segura e célere em caso de sinistro?", questiona a deputada, que no documento remete para um estudo da "Pró-Teste", feito a nível europeu, onde se afirma que a maioria das grandes aglomerados comerciais implantados na região da Grande Lisboa apresentam "graves problemas de segurança contra incêndios".

Maria Santos questionou também Tavares da Silva e Isaltino Morais sobre a possibilidade do Governo vir a introduzir alterações ao regime jurídico aplicável às condições de segurança dos espaços comerciais públicos.

M.R.

ARTUR PENEDOS

POR UMA CULTURA DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES COM A SEGURANÇA SOCIAL

O deputado socialista Artur Penedos considerou que "a criação de emprego e especialmente emprego de qualidade continua a ser o instrumento mais poderoso para a saúde financeira dos sistemas de segurança social". Numa intervenção durante o debate de uma iniciativa legislativa do PCP de combate ao incumprimento das obrigações com a segurança social, Artur Penedos salientou que "apesar dos progressos registados nos últimos anos, estamos ainda longe, neste domínio, de alcançar níveis de cumprimento que são possíveis e desejáveis".

No entanto, lembrou que últimos anos "foi possível diminuir significativamente a importância real da dívida à segurança social e trazer para dentro do sistema muitos milhares de contribuintes", o que permitiu "que o crescimento médio das contribuições entre 1996 e 2001 se tenha situado acima do crescimento nominal das remunerações na economia, sem qualquer agravamento das taxas contributivas". O deputado do PS referiu que também "a relação entre contribuições declaradas declaradas e contribuições recebidas melhorou claramente, crescendo, entre 1995 e 2000 cerca de dois

pontos percentuais".

Salientando que "é no entanto possível e desejável melhorar o desempenho do sistema", Artur Penedos disse que para o PS existem "cinco áreas fundamentais" para essa melhoria, a primeira das quais tem a ver com "a criação de uma cultura de cumprimento" e a segunda com "a melhoria do acompanhamento e controlo das empresas, nomeadamente através da criação de bases de dados nacionais".

"O reforço da actividade inspectiva com a contratação de técnicos qualificados", "o

combate aos crimes contra a segurança social" e "a valorização crescente da acção das secções de execução da segurança social", foram as outras medidas referidas pelo deputado do PS que podem melhorar o desempenho do sistema. Artur Penedos referiu ainda que o Grupo Parlamentar do PS, porque "reconhece a existência de avanços legislativos úteis para o combate à evasão fiscal e contributiva" na iniciativa do PCP, "manifesta a sua disponibilidade para em sede de especialidade contribuir para esse objectivo".

J. C. C. B.

FEDERAÇÃO DO BENELUX CONTRA AUMENTO DO PREÇO DOS SERVIÇOS CONSULARES

A Federação do PS/Benelux considerou "inaceitável" e um "grave prejuízo" para as comunidades portuguesas a decisão do Governo em aumentar de "forma violenta", a partir de 11 de Fevereiro, as tabelas de emolumentos consulares, nalguns casos sete vezes mais em relação ao preço actual.

Assim, salienta o PS/Benelux, "enquanto alguns actos consulares sofrerão aumentos consideráveis, outros que até agora eram gratuitos passarão a ser pagos".

Igualmente inaceitável foi considerada "a atitude mercantil" da Secretaria de Estado das Comunidades, que quer aumentar o preço dos serviços em função da procura, como é o caso dos registos de nacionalidade.

Em comunicado emitido no final da reunião da sua Comissão Política, realizada no passado fim-de-semana em Roterdão, a Federação do PS/Benelux, liderada pelo camarada Paulo Pisco, criticou também "o anunciado redimensionamento consular, na medida em que está previsto o encerramento de alguns consulados que são indispensáveis para as comunidades, como é o caso, por exemplo, de Osnabruck e Rouen".

Os socialistas do Benelux "consideram desejável que se corte nas despesas supérfluas, mas não que se prejudique os serviços de apoio às Comunidades, enquanto as mordomias dos diplomatas se mantêm inalteradas".

O PS/Benelux saúda ainda o compromisso



assumido pelo Partido Socialista de criar um Departamento para a Emigração, "com o objectivo de acompanhar as políticas do Governo para as comunidades e de dar apoio às estruturas do partido na emigração".

Por outro lado, a Comissão Política insiste também na necessidade, de acordo com a proposta da moção do PS/Benelux, de se realizarem eleições primárias para a escolha dos candidatos à Assembleia da República,

considerando que "a realização de primárias seria um profundo contributo para uma verdadeira renovação do partido".

De referir ainda que foi marcado por unanimidade a realização do X Congresso da Federação do PS/Benelux para 13 de Abril e eleita a COC, de que fazem parte os camaradas Olga Bataglia, Rogério Borges, Avelino Neto, Domingos Vieira e José Alberto Alves.

J. C. C. B.

PS QUER DEBATE ANUAL SOBRE AS COMUNIDADES PORTUGUESAS

O deputado socialista Carlos Luís solicitou num projecto de resolução enviado à Assembleia da República, que seja realizado anualmente um debate parlamentar sobre as comunidades portuguesas.

A justificar a realização do debate sobre este tema, o deputado eleito pelo círculo da Europa aponta as "políticas da União Europeia na área das migrações e as recomendações do Conselho da Europa no comunicado final da VI Conferência dos Ministros Europeus responsáveis pelos assuntos das migrações".

Carlos Luís acrescenta ainda como razões importantes na apresentação do projecto de resolução a evolução social, económica e cultural da comunidade portuguesa no exterior, que se estima ser de "cerca de quatro milhões e meio de portugueses", bem como a "importância crescente que assume a problemática dos emigrantes nacionais".

MOGADOURO

CONCELHIA DO PS CRITICA AUSÊNCIA DE ESTRATÉGIA DA CÂMARA

A Comissão Política Concelhia do PS/Mogadouro denunciou a "total ausência de estratégia" do Executivo da Câmara local, de maioria PSD/PP, sublinhando que "não se conhece uma única medida estruturante para o desenvolvimento do concelho".

Reunida para fazer um balanço de um ano de actividades do actual Executivo, o PS criticou a ausência de estratégias, sobretudo nas áreas económica e social.

Neste contexto, os socialistas de Mogadouro apelaram à Câmara Municipal para que "estabeleça contactos com instituições e empresas privadas, no sentido de se estabelecerem parcerias, de forma a que se obtenham bons e rentáveis investimentos".

"Acreditamos que é possível apostar no desenvolvimento assente na qualidade dos nossos produtos, no enorme potencial turístico da região, na paisagem, no ambiente, bem como na valorização dos recursos humanos e que estes assumam a concepção e gestão dos ambicionados projectos", afirma o PS/Mogadouro em comunicado.

A Comissão Política Concelhia refere ainda que os autarcas eleitos pelo PS têm e vão continuar a apresentar em reuniões da Assembleia Municipal "propostas importantes para o desenvolvimento e bem-estar das populações".



SANTARÉM

SOCIALISTAS DENUNCIAM PARTIDARITE DE "BOY" LARANJA



A Federação do PS/Santarém "lamenta o comportamento político do recém-nomeado para a administração do Hospital de Santarém, Ramiro Matos, que, na sua qualidade de presidente da Concelhia do PSD proferiu afirmações caluniosas para com a gestão autárquica de Santarém". É que, referem os socialistas escalabitanos, "podendo fazê-lo em sede de Assembleia Municipal, não se compreende que tenha feito as referidas afirmações em sede de conferência de Imprensa, 'esquecendo-se' que, actualmente, devido às funções para que foi nomeado, as mesmas não podem ser uma mera extensão de partidarite e funcionalismo partidário".

Num comunicado, o PS/Santarém considera que com esta atitude "exclusivamente partidária" o dirigente laranja "demonstrou claramente não ter condições para o desempenho de funções para as quais se exige, não só experiência profissional relevante, que não tem, mas também garantias de desempenho não partidário, o que demonstrou não cumprir".

Neste quadro, "em nome e na defesa do interesse público", o PS/Santarém "vai solicitar ao ministro da Saúde que, de imediato, tome as medidas legais necessárias para garantir a imparcialidade e independência de Ramiro Matos no exercício de funções públicas".

PROJECTO DE RESOLUÇÃO

PS PROPÕE BANCO DE DADOS SOBRE CRIANÇAS VÍTIMAS DE MAUS TRATOS

Um grupo de deputados do PS apresentou um projecto de resolução recomendando ao Governo a adopção de medidas que permitam a recolha sistemática e uniforme de dados relativos a maus tratos infligidos a crianças. Nesse sentido, o projecto socialista, que tem como primeira subscritora a deputada Maria do Rosário Carneiro, propõe a criação de um banco de dados relativo a crianças em risco e vítimas de maus tratos, e a adopção de um formulário/modelo de ficha uniforme a ser obrigatoriamente adoptado e utilizado por todas as instituições por onde estes menores passam, designadamente, pelas escolas, IPPS, CERCIS e outras instituições. O projecto de resolução propõe ainda a elaboração e divulgação de um relatório anual



que descreva a situação destas crianças, que identifique tipologias de maus tratos, que caracterize os respectivos ambientes. Na exposição de motivos do projecto, os deputados socialistas referem que a "frequente informação acerca de crianças maltratadas veiculada pela Comunicação Social tem vindo a evidenciar a necessidade de uma forma sistemática de detecção destas situações, reiterando assim a importância da criação de um sistema que permita detectar qualquer criança identificada como maltratada, e sobretudo que torne possível que uma criança 'polimalturada' seja imediatamente objecto da adequada protecção". É que, sublinham os parlamentares do PS, "são

bem frequentes os casos de crianças que percorrem todas as urgências hospitalares num raio geográfico próximo da sua morada até ser possível aos serviços que a registam e tratam, identificá-la como uma criança com um percurso pesado em maus tratos". Por isso, para o PS, é necessário avançar-se para um modelo de intervenção por antecipação, através de "uma informação sistemática, metódica e uniformemente recolhida permite a constituição de uma base de dados, disponível para decisores e investigadores, e consequentemente uma intervenção que se exige cada vez mais seja por antecipação".

J. C. C. B.

EDUCAÇÃO

ENSINO DA MATEMÁTICA DEVE APROVEITAR APRECIÇÕES DO GRUPO DE TRABALHO

O deputado do PS Guilherme d'Oliveira Martins quer saber qual vai ser o aproveitamento que o Ministério de Educação fará do trabalho desenvolvido, com "qualidade e oportunidade", pelo Grupo de Trabalho para o Ensino da Matemática (GTM). Num requerimento entregue à Assembleia da República, no passado dia 4, o parlamentar socialista recorda que este grupo foi criado, em 1999, pelo reitor da Universidade Técnica de Lisboa com o objectivo de se debruçar sobre os problemas sentidos na leccionação de disciplinas de formação geral da Matemática nos primeiros anos dos cursos ministrados naquela universidade. Constituído pelos presidentes dos departamentos de Matemática da Faculdade de Motricidade Humana, do Instituto Superior de Agronomia, do Instituto Superior de Economia e Gestão e do Instituto Superior Técnico, o GTM tem-se reunido com regularidade desde a sua formação e elaborado um conjunto de análises sobre a leccionação da disciplina em causa no âmbito do Ensino Básico e Secundário, a transição do Ensino Secundário para o Ensino Superior e os problemas do insucesso, matéria que, para os socialistas, não deve ser votado ao esquecimento.

M.R.

LEI DO RUÍDO

MARIA SANTOS CONTRA IMPUNIDADE DE POLUIÇÃO SONORA

A deputada socialista Maria Santos está preocupada com "uma certa impunidade" que se tem verificado em casos de incumprimento da legislação reguladora do ruído. Defendendo que esta situação "tem necessariamente que ser invertida no estrito respeito pelo quadro legal e pelo direito a um ambiente sadio", a parlamentar do PS abordou o caso da empresa espanhola SN Longos, que labora nas antigas instalações da Siderurgia Nacional, no Seixal, e que tem provocado grande poluição sonora com todos os impactos negativos a nível da vida social dos moradores de Paio Pires, devido ao ruído provocado por um forno eléctrico. Apesar da empresa ter vindo a estabelecer um plano para minimizar o impacto provocado, (que passou pela instalação de um silenciador) a população contrapõe que o ruído tem prosseguido, registando-se "sérias dúvidas" sobre a existência de licenciamento para o forno da SN Longos. Neste contexto, Maria Santos solicita aos ministros da Economia e do Ambiente, num requerimento já entregue à mesa da Assembleia da República, que explicitem "as medidas que irão ser implementadas por forma a fazer cumprir o quadro legal existente no tocante à violação do mesmo e ao ruído produzido pela empresa vertente". O tipo de fiscalização que está a ser implementada neste domínio e o licenciamento ou não do forno eléctrico da SN Longos são outras duas questões para as quais a deputada pediu resposta.

M.R.

CULTURA

PS PEDE ESCLARECIMENTOS SOBRE MUSEU DO CÔA

A bancada parlamentar do PS quer que o ministro da Cultura levante o "pesado manto" que voltou a cair sobre o Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa e esclareça em que fase se encontra o projecto, o concurso e a obra desse empreendimento. Os deputados Fernando Cabral, Manuela Melo, Isabel Pires de Lima, Augusto Santos Silva, Jámila Madeira, Luís Fagundes, Cristina Granada e Joaquim Pina Moura questionam Pedro Roseta, num requerimento entregue à Assembleia da República no passado dia 5, sobre se existe algum atraso e de quanto tempo relativamente ao programado museu. A definição exacta da nova localização deste espaço e a concretização ou não das expropriações necessárias são também motivo para um pedido de informações por parte dos parlamentares socialistas. Recorde-se que o titular da pasta da Cultura anunciou em reunião da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, realizada em Dezembro de 2002, a nova localização do Museu do Côa. Segundo o cronograma então divulgado e constante do relatório do Grupo de Trabalho Informal (criado para avaliar esta questão), em Fevereiro de 2003 deveria estar em fase de finalização a primeira fase do Concurso de Ideias. Para o Côa, ressaltam os deputados do PS, anunciam-se "barragens e mais barragens", mas do Museu do Côa "nada mais se sabe nem se ouve falar".

M.R.

BRAGA

SOCIALISTAS QUESTIONAM FALTA DE APOIOS PARA EVENTOS CULTURAIS

A falta de apoios governamentais para a Feira do Livro e para os Encontros da Imagem de Braga foi objecto de um requerimento de Augusto Santos Silva e Elisa Ferreira. Sobre esta questão os deputados socialistas recordam as palavras do ministro da Cultura segundo as quais "é uma mentalidade culturalmente centralista pensar que o Estado deve promover e apoiar tudo". Os subscritores do requerimento recusam "o preconceito, esse sim centralista, de pensar que o Estado se deve alhear do apoio activo às iniciativas de descentralização cultural, deixando-as nas mãos das autoridades e agentes locais". Para Augusto Santos Silva e Elisa Ferreira, uma política de desenvolvimento cultural deve dar prioridade "às acções de qualidade e impacto social fora da capital".

VÍTOR GAIO

É NECESSÁRIO AGREGAR SECÇÕES

Responsável pelo pelouro autárquico no âmbito do Secretariado da Secção de Alvalade, em Lisboa, o camarada Vítor Gaio defende que o PS deve fazer uma oposição “credível” ao actual Governo neoliberal, que responsabiliza pelo “estrangulamento da actividade das empresas”. Apoiante de Ferro Rodrigues, o militante desta semana do “Acção Socialista” refere que no último Congresso “foram lançadas as bases do PS do futuro, adaptado às novas realidades sociais, económicas e políticas”.



“Inscrevi-me no PS em 1983, por influências familiares, e porque senti a necessidade de intervir mais activamente na política em defesa dos meus ideais”, conta Vítor Gaio.

Desde a sua entrada para a família socialista desenvolveu uma intensa actividade política, tendo presidido de 1994 a 98 à Junta de Freguesia de S. João de Deus, em Lisboa, no quadro da coligação de esquerda. Desta sua experiência de autarca, que considera “muito gratificante devido à possibilidade de prestar um serviço público”, destaca como pontos positivos o facto de ter sido possível “influenciar decisões camarárias como, por exemplo, o túnel da Av. João XXI, uma obra fundamental para a cidade, bem como a área social onde foi desenvolvido um trabalho em parceria com as instituições de solidariedade social”. Como aspecto negativo, refere a “limitação de poderes, o que nos causa, por vezes, uma certa frustração por não podermos responder a certos problemas ou lançarmos mais projectos”.

Defensor de uma política de “descentralização”, Vítor Gaio defende que é necessário um reordenamento das freguesias. É que, explica, “não é lógico haver concelhos com uma freguesia e outros onde há 80 ou 90”, referindo que, por exemplo, “em Lisboa há freguesias maiores que alguns concelhos”. Por isso, defende, “esta é uma questão que o PS deve equacionar”.

Vítor Gaio tem ideias muito claras sobre a vida interna e os desafios que

se colocam ao nosso partido. Presente no último Congresso, como delegado pela Secção de Alvalade, Vítor Gaio sublinha que nesta reunião magna “foram lançadas as bases do PS do

futuro, capaz de responder às novas realidades sociais, económicas e políticas”. Nesse sentido destaca a aprovação da nova Declaração de Princípios “que resultou de um amplo

e participado debate, tendo-se chegado a um documento final que adapta o PS às novas realidades sem o descaracterizar”.

Apoiante de Ferro Rodrigues, vê no secretário-geral “a credibilidade, honestidade, competência e seriedade”. Qualidades que considera essenciais para que o PS possa fazer uma “oposição credível” ao actual Governo, ou seja, “marcando a agenda política, apoiando o que deve ser apoiado, apresentando propostas alternativas, e deixando de lado as questões laterais”.

Quem não lhe merece nenhum elogio é o Governo PSD/PP, que acusa de ter “estrangulado a actividade económica e de aplicar a velha receita neoliberal de privatizações, desregulamentação e políticas sociais viradas do avesso, numa lógica de caridade”.

Militante de base na Secção de Alvalade, considera que as secções de residência “desempenham um papel fundamental para manter viva a participação dos militantes na vida política local e nacional”. Mas, refere, “tem de haver um debate interno sobre as secções de residência que não têm instalações próprias para desenvolver a sua actividade”. Por isso, defende que talvez seja necessário agregar algumas secções.

PREFERÊNCIAS

Político nacional
Mário Soares

Político estrangeiro
Itsac Rabin

Acontecimento nacional
25 de Abril

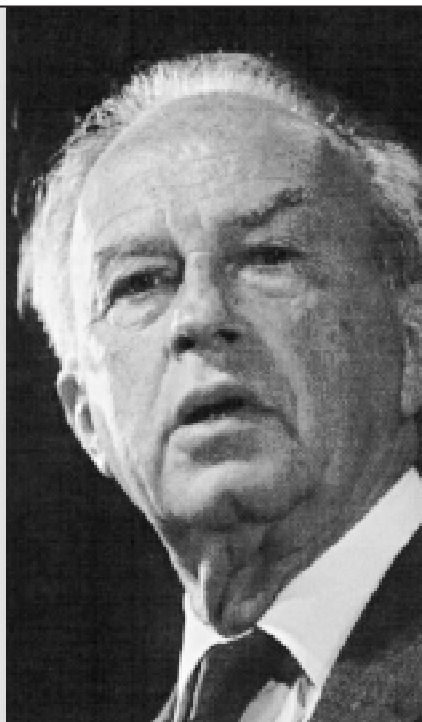
Acontecimento internacional
Independência de Timor

Livro
“A Cidadela”

Autor
Saint-Exupéry

Filme
“2001 - Odisseia no Espaço”

Músico
Puccini e Vangelis



EURODEPUTADOS SOCIALISTAS DEFENDEM

EMPRESAS QUE SE DESLOCALIZAM DEVEM REEMBOLSAR APOIOS

Os eurodeputados socialistas portugueses querem que as empresas que se deslocalizam percam os subsídios que receberam e reembolsem as verbas obtidas sempre que se demonstre que faltaram aos compromissos que assumiram perante os Estados-membros e a União Europeia.

A proposta de resolução, que será discutida em Março no Parlamento Europeu, alerta para as situações de encerramento e deslocalização de empresas que se instalaram em Portugal, designadamente nos distritos de Aveiro, Leiria e Coimbra. Subscrita pelo eurodeputado Manuel dos Santos, em nome dos socialistas portugueses, exige-se que a Comissão Europeia tome uma posição sancionatória perante as deslocalizações fraudulentas.

Os eurodeputados socialistas pretendem que a Comissão Europeia determine se as empresas C. J. Clark, Gerry Weber, Bawo, Bagir e Samsimac cumpriram as directivas 94/95/CE e 75/129/CE sobre a aproximação das legislações nacionais relacionadas com o despedimento colectivo e defende que, em conjunto com os Estados-membros, "retire os subsídios de programas de apoio e exija o reembolso das verbas obtidas por empresas em relação às quais esteja demonstrado



que não cumpriram as suas obrigações".

Os eurodeputados defendem ainda que quaisquer formas de ajudas europeias a este tipo de empresas passem a estar dependentes de acordos a longo prazo ao nível da promoção do emprego e do desenvolvimento local. Defendem também que

a Comissão Europeia solicite ao Observatório Europeu sobre as Mutações Industriais a elaboração e a manutenção de um registo actualizado e disponível sobre os actos lesivos da concorrência e de incumprimento contratual praticados por empresas que beneficiam directa

ou indirectamente de incentivos públicos, em conexão com operações de transferência de activos, no interior ou para fora da União, afim de apreciar a sua conformidade e julgar sobre a eventual aplicação de sanções.

Estas propostas foram avançadas depois de um encontro com o deputado socialista eleito pelo círculo eleitoral de Aveiro, Antero Gaspar, e António Freitas, líder da bancada socialista na Assembleia Municipal de Castelo de Paiva.

De uma maneira mais geral, a proposta de resolução que agora foi submetida à apreciação do Parlamento Europeu chama a atenção para "o amplo movimento que actualmente se verifica em diversos países europeus, de transferência de fábricas visando a obtenção de ganhos especulativos a curto prazo, com a criação de desemprego e de instabilidade social nas regiões onde se localizam". A proposta sublinha particularmente o facto deste movimento "estar a atingir uma especial dimensão em Portugal, onde foi recentemente anunciada a deslocalização de várias empresas, situações que, a confirmarem-se, provocarão o desemprego de alguns milhares de trabalhadores".

SÉRGIO SOUSA PINTO DENUNCIA

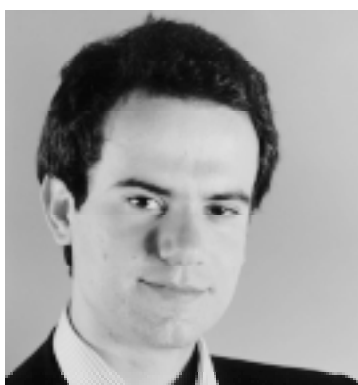
SEGURANÇA E JUSTIÇA EUROPEIAS MARCAM PASSO NA UNIÃO

Importantes iniciativas da Comissão Europeia no âmbito do espaço de segurança, liberdade e justiça, anteriores e posteriores ao 11 de Setembro, permanecem bloqueadas no Conselho, ou continuam a marcar passo à espera de transposição ou ratificação pelos Estados-membros, denunciou no plenário de Estrasburgo o eurodeputado socialista Sérgio Sousa Pinto, membro da Comissão das Liberdades Públicas do Parlamento Europeu.

Intervindo no debate anual sobre o espaço de segurança, liberdade e justiça, o eurodeputado criticou os Estados-membros por "parecerem querer compensar a sua incapacidade para pôr de pé as políticas estruturantes do espaço de liberdade, segurança e justiça através de uma torrente de propostas que, em regra, se traduzem num contributo minúsculo, quando não contraproducente, para os objectivos que eles mesmos se auto-impuseram em sucessivas cimeiras europeias".

Neste contexto, considerou que a realização de um debate anual é, por isso, uma boa oportunidade para afirmar "a insatisfação e frustração sentidas pelo Parlamento Europeu a respeito da paralisação em que se encontra o Terceiro Pilar, por falta de vontade política dos Estados-membros".

Para Sérgio Sousa Pinto, é dever do Parlamento Europeu denunciar o impasse em que se está, fruto da incapacidade política do Conselho e dos Estados-membros para terem feito entrar em vigor uma única medida relevante, oriunda da Comissão e prevista no seu *scoreboard*, pelo menos no que respeita ao combate ao terrorismo.



INICIATIVA DE ANTÓNIO CAMPOS

SOCIALISTAS LANÇAM DISCUSSÃO SOBRE REFORMA PROFUNDA DA PAC

Quebrar o pensamento quase único que existe em torno da reforma da Política Agrícola Comum e lançar a discussão num domínio que é vital para o desenvolvimento de Portugal, é o principal propósito de um encontro de reflexão sobre a reforma da PAC, no próximo dia 19, organizado pela delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu, por iniciativa do eurodeputado António Campos, membro da Comissão de Agricultura.

A iniciativa levará a Bruxelas quatro dezenas de jornalistas da imprensa nacional e regional, a quem serão apresentados dois documentos com propostas para a reforma da PAC e sobre as suas implicações para o nosso país.

Além de António Campos, participarão também o ex-ministro da Agricultura Capoulas Santos, o professor Agostinho de Carvalho, do Instituto Superior de Agronomia, que será moderador, e o presidente da delegação socialista portuguesa, Carlos Lage, que abrirá e encerrará os trabalhos. Para António Campos, esta iniciativa justifica-se pelo facto de "estar actualmente em discussão uma matéria de interesse nacional decisivo e de não haver qualquer debate público. Por outro lado, porque as posições que têm sido assumidas pelo Governo não correspondem de modo algum à defesa dos agricultores nacionais, antes pelo contrário, tem alinhado ao lado dos países que têm interesses divergentes dos nossos".

Segundo o eurodeputado, é fundamental que se discutam agora as implicações de uma reforma da PAC antes que seja tarde de mais. Até porque o segundo documento apresentado pela Comissão Europeia é menos favorável a Portugal do que o primeiro. Além disso, o alargamento da União Europeia terá grande impacto nas políticas agrícolas, razões suficientes para se debater tudo o que está em causa.

"Temos de criar e defender uma nova política que ajude todos os agricultores, tratando-os em pé de igualdade, e que não beneficie apenas os grandes", afirma António Campos.

Portugal tem de – defender – inverter esta situação de sermos quem menos beneficia com a PAC, fazendo de nós contribuintes líquidos, e de não recebermos, com excepção do azeite, qualquer tipo de ajudas nas produções em que temos vantagens comparativas.

MÁRIO SOARES

MUNDO DEVE MOBILIZAR-SE NA LUTA CONTRA A FOME E A POBREZA

É a luta contra a fome e a pobreza, pelo acesso a uma melhor educação, contra a doença e as epidemias como a sida e não a guerra contra o Iraque ou a defesa de melhores taxas de crescimento à custa do desemprego e de maior pobreza que deve mobilizar o mundo, disse o eurodeputado Mário Soares, no plenário do Parlamento Europeu, citando o recém-empossado Presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, perante o Fórum Económico Mundial de Davos. Mário Soares falava no debate sobre os fóruns Económico de Davos e o Social de Porto Alegre, que se realizaram recentemente e apresentam posições distintas sobre o estado e a evolução do mundo actual.

Segundo o ex-Presidente da República, o Fórum Mundial de Porto Alegre deu origem à emergência de uma fenómeno sociológico novo: a cidadania global, a circunstância de as pessoas se associarem em rede, livre e independentemente dos partidos políticos e das confissões religiosas ou laicas a que pertencem e de lutarem pacífica e ordeiramente em defesa dos seus direitos do que consideram justo. Na sua opinião, é “um activismo participativo e cívico importante que vai continuar em todos os continentes com a reunião de diferentes fóruns regionais, sendo que o próximo Fórum



Social Mundial se realizará na Índia”. Mário Soares elogiou profusamente a participação de Lula da Silva no Fórum de Davos, precisamente porque o Presidente brasileiro levou junto dos decisores económicos

mundiais, políticos, empresários e técnicos aquilo que considera ser a verdadeira prioridade para acabar com a miséria que assola o mundo. “Curiosa e paradoxalmente, o seu discurso, igual nos dois fóruns, caracterizou-se pela

sinceridade e a verdade, e talvez por isso foi muito aplaudido em Davos, bastante mais do que Collin Powell (que também esteve presente) ao defender a inevitabilidade da guerra contra o Iraque”, disse Mário Soares. “É que as pessoas – justificou – mesmo quando só defendem interesses, também têm consciência, e é isso que faz andar o mundo para a frente, mesmo em tempos sombrios como os que vivemos”.

O Fórum Social Mundial de Porto Alegre realizou-se em Janeiro passado e contou com a presença de mais de 100.000 participantes e de cerca de 1500 Organizações Não Governamentais, que contestaram as tendências neoliberais de uma globalização que – afirmam – afectam profundamente a economia mundial.

Para os opositores à globalização, é inaceitável que apenas 10 por cento da população mundial consuma mais de 70 por cento dos bens e serviços, o que significa que metade da população do planeta vive com menos de dois dólares por dia, tendo acesso a apenas 10 por cento da produção mundial. Para muitos dos participantes de Porto Alegre, este estado de coisas é devido à liberalização excessiva do comércio, que contribuiu para agravar a pobreza e a exclusão.

LUÍS MARINHO DEFENDE

FUTURO TRATADO DEVE SALVAGUARDAR DEFESA DAS ULTRAPERIFERIAS

Manter o conceito de ultraperiferia no futuro Tratado Constitucional da União Europeia de forma a salvaguardar o elo mais fraco da dimensão regional da Europa, foi a proposta apresentada pelo eurodeputado Luís Marinho na reunião da Convenção sobre o Futuro da Europa, que se realizou na semana passada.

Para o eurodeputado, a manutenção do conceito de ultraperiferia no futuro Tratado seria uma forma de impedir qualquer tentação de diluir o seu significado e importância na

problemática comum das regiões.

“A ultraperiferia – disse – é a outra face do poder político das regiões. Não se trata aqui de saber até que ponto vai a sua força na União. Trata-se, pelo contrário, de salvaguardar o elo mais fraco na dimensão regional da Europa. Por isso, sou favorável a que ao lado da coesão económica e social, se insira no artigo 3º a coesão territorial da União”.

O eurodeputado considera que o conceito de ultraperiferia exprime o valor da pertinência da

Europa e afirma a presença da União desde as Caraíbas ao Oceano Índico, Pacífico e Atlântico. “É um conceito que favorece a diversidade cultural da nossa União, em paralelo com o respeito pela identidade nacional de cada Estado-membro”, considerou.

Em conjunto com os eurodeputados Pervenche Bérés e Camero Gonzalez, Luís Marinho defendeu também a continuação dos instrumentos de reforço da coesão económica social e territorial ao nível daquelas regiões, que entraram em vigor

em 1989 com os Programas de Opções Específicas para as Regiões Ultraperiféricas e o artigo 299º, nº 2 do Tratado de Amesterdão.

Para Luís Marinho, as regiões ultraperiféricas enfrentam uma série de desvantagens geográficas, naturais e políticas que entravam o seu desenvolvimento económico, pelo que “a União Europeia tem a obrigação de reconhecer a singularidade daquelas regiões de forma a confirmar a credibilidade das suas políticas de solidariedade”.

COMISSÃO RESPONDE A PAULO CASACA

PROJECTOS DE ÁGUA E SANEAMENTO AINDA À ESPERA DE SOLUÇÃO

A Comissão Europeia espera que possa ainda ser encontrada uma solução, sempre no respeito pelo Direito Comunitário, que permita a realização dos investimentos previstos ao abrigo do Fundo de Coesão em água e saneamento em Portugal, disse o Executivo da União Europeia na resposta às

perguntas escritas feitas pelo eurodeputado Paulo Casaca, membro da Comissão do Controlo Orçamental do Parlamento Europeu.

Na sua resposta, a Comissão disse que o Estado português recebeu uma carta de notificação motivada pelo incumprimento

das regras comunitárias referentes a contratos públicos, designadamente pela concessão a empresas controladas pela sociedade Águas de Portugal.

Recorde-se, como o “Acção Socialista” já anunciou, que este problema surgiu em virtude do Governo se ter atrasado a

responder a um processo de infracção contra Portugal, levantado em 22 de Outubro do ano passado.

Estão em causa projectos de importância estratégica para o país no âmbito do abastecimento de água e do saneamento básico, a realizar até 2006.

BARRINHA DE ESMORIZ

AUTARCA DE OVAR DENUNCIA DESCARGAS POLUENTES

O presidente da Câmara Municipal de Ovar, Armando França, declarou-se "farto de levar com a porcaria" de Santa Maria da Feira, ameaçando queixar-se à União Europeia se subsistirem descargas poluentes na barrinha de Esmoriz.

O autarca socialista deu uma conferência de Imprensa para fazer o "ponto negro da situação" de planos para a despoluição da barrinha, a norte de Ovar, e de um projecto associado para dar destino final aos esgotos de Espinho, Ovar e Santa Maria da Feira.

Segundo Armando França, o projecto integrado, que envolve a SIMRIA - Empresa de Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, e que foi lançado no ano 2000 pelo anterior Governo socialista, "está praticamente parado".

O autarca acusou o município laranja de Santa Maria da Feira, de ser "o maior poluidor" da barrinha, através de efluentes industriais que convergem para aquela lagoa costeira através da Ribeira do Rio Maior.

Armando França sublinhou que existem entre 80 a 126 empresas poluentes da ribeira e da barrinha situadas em território de Santa Maria da Feira. Por isso, exige que a autarquia vizinha construa rapidamente estações de transferência de esgotos e a rede adutora desses esgotos para o destino final, que é uma estação de tratamento de águas residuais em Paramos, Espinho.

A SIMRIA "tem uma atitude passiva e demasiado conivente com a Câmara de Santa Maria da Feira, não a obrigando a realizar o capital social a que se obrigou quando aderiu ao sistema", acusou o autarca socialista.



VEREADOR DO PS ACUSA

GESTÃO DO PER NA CÂMARA DE GAIA É UM "BLUFF"



O vereador socialista Barbosa Ribeiro lançou fortes críticas à gestão do PER Plano Especial de Realojamento por parte da Câmara Municipal de Gaia.

Na última reunião do Executivo camarário, o autarca do PS utilizou os dados do relatório da Inspeção-Geral de Finanças para criticar o facto da empresa municipal Gaia Social, responsável pela concretização no concelho do Plano Especial de Realojamento (PER), ter ficado "a 38 por cento do previsto", classificando-o de "um bluff".

Barbosa Ribeiro criticou ainda a ausência de resposta aos diversos pedidos feitos à maioria PSD/PP, tendo em vista o esclarecimento de dúvidas sobre a forma como o processo tem sido gerido, nomeadamente a quem são entregues as casas.

O facto de muitas habitações estarem a ser entregues a famílias que não constam do recenseamento inicial levou Barbosa Ribeiro a questionar, na reunião do Executivo, "se será preciso cartão laranja para ter casa em Gaia".

Barbosa Ribeiro admitiu que há obra feita no terreno nesta área, mas que ficou aquém do desejado, "algo tanto mais grave quanto até se criou uma empresa municipal para agilizar a construção das habitações".

No relatório da Inspeção-Geral de Finanças, onde são tecidas fortes críticas à gestão do PER, entre Dezembro de 2001 e Março de 2002, é referido que das mais de 2600 casas previstas apenas estavam concluídas 1384.

OURIQUE

PS QUER DEBATE SOBRE SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA

Os deputados municipais do PS de Ourique enviaram um requerimento à presidente da Assembleia Municipal, em que solicitam a convocatória de uma sessão extraordinária deste órgão com o objectivo de conhecer e debater a actual situação económico-financeira da Câmara Municipal de Ourique.

Esta iniciativa dos autarcas socialistas surge na sequência de notícias vindas a lume na Comunicação Social, dando conta de "várias situações de enorme gravidade, no âmbito da gestão da Câmara Municipal de Ourique".

Para os socialistas, "a complexidade e gravidade dos assuntos relatados pela Comunicação Social exigem um acompanhamento minucioso por parte dos membros da Assembleia Municipal".

SANTARÉM

AUTARQUIA DEFENDE NOVO TARIFÁRIO PARA RECOLHA DE RESÍDUOS

A Câmara Municipal de Santarém pretende que os principais produtores de resíduos no concelho suportem uma maior fatia dos custos da recolha, para pôr fim à situação actual, em que, independentemente do lixo produzido, todos pagam o mesmo.

Apesar do levantamento que está a ser feito em todo o concelho, para detectar os que mais resíduos produzem, o vice-presidente da autarquia socialista, Manuel Afonso, reuniu-se com a administração do hospital distrital de Santarém no sentido de sensibilizar para a necessidade de separação dos resíduos, de forma a reduzir a quantidade de lixo destinada ao aterro, uma vez que os lixos hospitalares representam para a câmara um custo mensal de quase oito mil euros pagando a instituição apenas 2,75 euros.

Maria João Cardoso, a técnica que coordena esta área na autarquia escalabitana, lembrou que o que "a Câmara Municipal cobra mensalmente com a factura da água representa menos de um por cento daquilo que gasta com a recolha e transferência dos resíduos sólidos urbano para o aterro intermunicipal da Resitejo, na Chamusca".

Depois do levantamento que está a ser feito e de um estudo sobre os custos reais da recolha de resíduos para a autarquia, Manuel Afonso irá propor ao Executivo camarário um novo tarifário, que "crie justiça no pagamento".

ABRANTES

EDILIDADE VAI FORNECER REFEIÇÕES AOS ALUNOS DO ENSINO BÁSICO

A Câmara Municipal de Abrantes aprovou por unanimidade o estabelecimento de um protocolo de suporte financeiro, que visa o fornecimento de refeições aos alunos da Escola do 1º ciclo do ensino básico nº1 da cidade.

Este protocolo será assinado entre a autarquia, o centro social do pessoal do município, a escola, a associação de pais e a Junta de Freguesia de S.João.

Ao empenhar-se na concretização destes protocolos, o Executivo socialista da Câmara Municipal de Abrantes "continua o seu trabalho no apoio às escolas do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho".

Obras avançam no Castelo

Entretanto, a Câmara Municipal de Abrantes assinou um outro protocolo de colaboração com o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) que visa a realização das obras de recuperação do Castelo.

Segundo o protocolo, a autarquia socialista assume a qualidade de dona da obra da empreitada lançada pelo IPPAR, procedendo à respectiva adjudicação e ao acompanhamento dos trabalhos efectuando os respectivos pagamentos.

Recorde-se que face à decisão de encerramento do castelo de Abrantes, o presidente do município, Nélson de Carvalho, propôs ao IPPAR a transferência do processo administrativo da empreitada a concretizar através do protocolo agora assinado.

Esta guerra só poderá agravar o clima de violência e de incerteza. George W. Bush sonha com a criação de um protectorado no Iraque mas esquece-se de que assim semeará o caos...

Começa a sentir-se o cheiro da pólvora. Há no horizonte o risco, praticamente certo, de que o mundo entre numa perigosa aventura de guerra com consequências imprevisíveis. A cultura da paz não pode confundir-se com complacência perante o incumprimento dos mais elementares deveres impostos pelo Direito Internacional, mas também não deve dar pretexto a um corte entre povos e civilizações. "A guerra é sempre uma derrota do pensamento e da invenção. Apenas lhe devemos ceder, após uma análise escrupulosa de todas as soluções pacíficas possíveis e dos respectivos custos" - afirmava há dias o editorial da insuspeitíssima revista dos jesuítas "Études" (n.º 3981, Paris, 2002), sobre a ameaça de guerra no Iraque. Num dos textos publicados nesse mesmo número, Dominique David dizia mesmo, com toda a clareza: "É bem possível que este notável poder (americano) de impor a ordem se transforme em aparelho de produzir desordem". Voltando a uma expressão antiga, mas ajustada ao momento, estaremos desse modo regressados à desordem estabelecida, agora na ordem internacional. O Sr. Saddam Hussein é uma figura hedionda, mas é inteiramente verdade que uma guerra sem a legitimação das Nações Unidas só favorecerá o "choque das civilizações" e o reforço dos vários fundamentalismos políticos e religiosos. A divisão europeia - expressa na carta dos oito chefes de Governo e de Estado (envolvendo estranhamente Portugal) - é, assim, nefasta, porque pode dar novos pretextos a muitos apoiantes do terrorismo internacional contra a posição do mais elementar bom senso. A solidariedade atlântica só faz sentido pleno se for compartilhada activamente por toda a Europa. Precisamos de mais Europa política e de mais respeito pelo primado do Direito Internacional. E como afirmava Valéry Giscard d'Estaing na última sessão da Convenção Europeia, esta atitude de divisão contraria abertamente os Tratados da União Europeia - cujo artigo 11º diz que "os Estados-membros apoiarão activamente e sem reservas a política externa e de segurança da União, num espírito de lealdade e de solidariedade mútua". E mais afirma que "os Estados-membros actuarão de forma concertada a fim de reforçar a solidariedade política mútua". Ora, o que a carta dos oito fez foi exactamente o contrário, pondo em causa "a solidariedade política mútua" e podendo ser interpretada como uma acção contrária aos interesses da União ou susceptível de "prejudicar a sua eficácia como força coerente nas relações internacionais".

Eis porque devemos usar a razão prática e a inteligência e adoptar um sentido claro orientado para a cultura da paz. Trata-se de combater eficazmente o terrorismo, os radicalismos e o risco de abrirmos uma caixa de Pandora no conflito entre culturas e civilizações. Num debate promovido no último número da revista norte-americana "Dissent" (Fall 2002, vol. 49, n.º. 4), um dos editores, o filósofo Michael Walzer, punha a questão em termos muito evidentes: "Desejo ver funcionar o sistema de inspecção - numa via que represente um ganho para as Nações Unidas,

UMA ESTRANHA GUERRA

que não tem tido muitos ganhos, e que podem ser destruídas com um falhanço nesta matéria. Apoiaria uma guerra das Nações Unidas para aplicar a inspecção, não apoiaria uma guerra dos Estados Unidos para uma mudança de regime (ainda que não possa negar que o regime iraquiano precisa de mudança)". Do que se trata, afinal, é de não conciliar com o ditador, mas também de recusar a "National Security Strategy" e a doutrina da guerra preventiva, que contraria claramente a Carta das Nações Unidas e o Direito Internacional.

E não se diga que há o precedente do Kosovo, porque a situação é totalmente diferente. Antes do mais, nos Balcãs, houve uma acção humanitária, que não poderia ser adiada, sob pena de se perder o seu efeito útil. Por outro lado, não se tratava então de uma questão de contornos indefinidos e consequências laterais imprevisíveis como agora. No caso do Iraque, nenhum destes pressupostos se verifica. A situação iraquiana é antiga. A sua perigosidade não é, por si só, maior do que era há uma década. Insere-se numa zona de grande risco - quer pela proximidade do conflito israelo-palestiniano, chegado a uma situação intolerável, quer pelo perigo da criação de uma solidariedade islâmica, com efeitos devastadores.

E se o combate ao terrorismo internacional deve mobilizar os povos e os cidadãos de boa vontade, de recta intenção e amantes da Paz, a verdade é que não é lançando uma acção irresponsável e incerta que esses valores se garantem e se respeitam. Esta guerra só poderá agravar o clima de violência e de incerteza. George W. Bush sonha com a criação de um protectorado no Iraque mas esquece-se de que assim semeará o caos... Basta lembrarmo-nos da História. Quem deseja tocar nessa encruzilhada, muito sensível, de caminhos na Ásia? E se uns invocam a sombra de Munique em 1938, quando Chamberlain conciliou com Hitler, esse exemplo pode provar exactamente o contrário do que alguns pretendem. A "fuga para diante" é que pode gerar a violência incontrolada de uma aventura sem horizonte. Em 1938 a ameaça era imediata e alguns não a quiseram ver. Em 2003 a ameaça também é imediata e alguns não a querem ver. Essa ameaça é hoje a da aventura da guerra...



GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

A passagem dos Fundos Comunitários para o controlo do Ministério das Finanças não trouxe nenhuma melhoria. Pelo contrário, tudo aparece como descontrolado no domínio dos fundos europeus, tendo deixado a informação relevante de ser fornecida à Assembleia da República, apesar de insistentes pedidos nesse sentido.

1. A política fiscal de Vasco Valdez tem vindo a ser contestada largamente em meios empresariais e obviamente pelo conjunto dos trabalhadores por conta de outrem e dos consumidores em geral. O combate à fraude e à evasão fiscais não tem sido eficaz, após a chegada de Durão Barroso a primeiro-ministro e de Vasco Valdez a secretário de Estado dos Assuntos Fiscais. Agravam-se os montantes dos pagamentos por conta do IRC, aumenta-se o IVA em 2 por cento, actualizam-se os escalões do IRS, de forma a prejudicar os contribuintes.

A questão das mais-valias volta a ganhar acuidade. Enquanto o Governo de Durão privilegia a isenção ou a redução de impostos para os ganhos especulativos, carrega no IRS, no IVA e até nas formas de cobrança do IRC. Tudo isto desmoraliza os consumidores, enquanto todo o clima económico se agravou, prejudicando o investimento e o emprego. O recuo do investimento público e privado faz crescer o desemprego.

2. Efectivamente, Durão terá atingido um dos seus objectivos: fazer o desemprego crescer drasticamente durante o curto período que leva no Governo. Segundo o INE, a taxa de desemprego já chega a 6,2 por cento (no final de 2002). Toda a preocupação existente durante os governos socialistas com a criação e manutenção do emprego se esbateu, enquanto o actual Governo se mostra impotente face aos processos de deslocalização em curso. As encomendas do mercado externo diminuiram em vários sectores. Neste contexto, até a indústria do calçado, sector com larga tradição em Portugal e que integra empresas em diferentes fases de modernização, tem vindo a perder terreno, depois de alguns anos de grande expansão.

3. Este aumento do desemprego é extraordinariamente grave e é de sublinhar a sua fortíssima incidência no estrato etário dos 25 aos 44 anos. O aumento do desemprego dos finais de 2001 para os finais de 2002 foi de cerca de 50% (49,6 por cento), em termos homólogos. Mais de metade destes postos de trabalho, (perto de 60.000) corresponde a quadros superiores, profissionais intelectuais e científicos, bem como técnicos de nível intermédio, o que significa uma perda de emprego nos sectores mais qualificados.

4. A situação da economia alemã, para a qual o Bundesbank prevê um crescimento inferior a 1 por cento, vem reforçar a convicção de que é errada a aposta quase exclusiva do actual Governo

IMPOTÊNCIA E DESCONTROLO

português na exportação como motor exclusivo de crescimento da economia nacional. Portugal entra em recessão essencialmente devido às erradas políticas económicas do actual Governo, que parece não pensar em corrigir a sua estratégia e continua a desprezar a procura interna, reduzindo nomeadamente os salários reais dos trabalhadores.

5. Um outro aspecto importante a considerar é o da perda de fundos comunitários por parte do Estado português. A incompetência do Governo de Durão Barroso na gestão dos "dossiers" relativos ao III QCA e ao Fundo de Coesão é inimaginável.

A perda de 168 milhões de euros a favor de Espanha, improvavelmente recuperáveis, contrasta singularmente com a eficácia demonstrada pelos ministros João Cravinho e Elisa Ferreira na gestão de todo o processo.

Assim, o Governo socialista foi o primeiro da União Europeia a aprovar o III Quadro Comunitário de Apoio e o Fundo de Coesão. Por outro lado, deixou-se o sistema de gestão totalmente operacional, em Abril de 2002.

Também nesta área, a passagem dos Fundos Comunitários para o controlo do Ministério das Finanças não trouxe nenhuma melhoria. Pelo contrário, tudo aparece como descontrolado no domínio dos fundos europeus, tendo deixado a informação relevante de ser fornecida à Assembleia da República, apesar de insistentes pedidos nesse sentido. E compreende-se. O recuo no investimento derivado dos Fundos de Coesão desceu, de 2001 para 2002, em 86 por cento, passando de 1.069.323 milhões de euros para 153.249 milhões de euros. É obra! Ou melhor, é falta dela!



JOEL HASSE FERREIRA

VISTO DE BRUXELAS

ORGULHOSAMENTE SÓS!



MANUEL DOS SANTOS

Os verdadeiros resultados da política fiscal do Governo começam agora a ser perceptíveis para a generalidade dos portugueses.

O executivo “embarcou em arco”, no que foi surpreendentemente acompanhado pela generalidade dos analistas, com o suposto êxito da recuperação de um volume significativo de receitas fiscais em atraso.

A medida da celebração do “êxito” foi directamente proporcional à incapacidade para entender a dimensão do fenómeno da evasão, da fraude e do atraso dos pagamentos fiscais e, portanto, de solucionar o verdadeiro problema da fiscalidade portuguesa.

Sendo certo que a fuga aos impostos (no sentido amplo) é uma regra universal é facilmente comprovável que atinge maior dimensão no quadro de economias mais frágeis e prospera, com maior rapidez, se beneficia de estruturas e sistemas legislativos fiscais

mais laxistas. Todos os diagnósticos sobre a situação fiscal portuguesa estão feitos há muito tempo. Perdeu-se já a conta aos relatórios, livros brancos ou verdes e estudos que foram produzidos sobre o assunto. Também se conhecem as principais terapêuticas quer no plano da fiscalidade pura, quer no âmbito do enquadramento administrativo e legislativo que a completam.

Contudo, a situação em Portugal não pára de se agravar, apesar dos múltiplos perdões fiscais que têm sido decretados.

É, neste momento consensual, que as dívidas fiscais (ou seja os impostos que estão liquidados, mas não foram ainda pagos) correspondem a bastante mais do que 10% do PIB português.

Esta é apenas uma parte do problema, pois a fatia mais substancial situa-se na evasão e na fraude fiscais que não podem ou dificilmente podem (pela sua natureza) ser contabilizadas. Estima-se que a evasão e fraude fiscais correspondam a cerca de 25% da riqueza nacional produzida num ano.

Quer isto dizer que se toda essa evasão fosse identificada e combatida seria possível, sem perda de receita fiscal, reduzirem em cerca de 1/3 os impostos pagos pelos portugueses.

Ora aqui está uma forma simples, barata e que daria milhões, de traduzir e concretizar o anunciado choque fiscal com cuja promessa o actual governo ganhou as últimas eleições. Dir-se-á que a erradicação total do fenómeno da evasão é impossível... e!

Só que a situação portuguesa é muito diferente da que se verifica na generalidade das economias baseadas nos mesmos princípios, ou seja as economias da OCDE, onde a evasão e fraude (estima-se) não ultrapassam os 15%. Fica, assim, claro que o que falta é vontade e determinação políticas. Vontade e determinação políticas que

Temos de ter um partido orientado para a actuação fora das suas estruturas. Um partido revitalizado, em que a discussão política tem espaço e é estimulada.

A renovação que tem vindo a ganhar forma no PS ao longo dos últimos meses é seguramente um dos projectos mais ambiciosos no panorama partidário dos últimos anos, só comparável, talvez, aos Estados Gerais e ao seu impacto – dos quais incorpora, aliás, algumas características importantes. A grande diferença residirá, sobretudo, no facto de os Estados Gerais terem surgido associados a um momento eleitoral específico e localizado no tempo e de se situarem um pouco à margem das próprias dinâmicas do partido. Pelo contrário, aquilo que está em causa com a “renovação” é exactamente tornar permanente e orgânico, enquadrado no seio do PS, um conjunto de modelos de actuação política substancialmente diferentes daqueles que tenderam a constituir a regra num passado não muito distante.

Como balanço provisório do grande esforço de inovação e de reforma da vida partidária que está a ser levado a cabo, o mínimo que se pode dizer é que, em relativamente pouco tempo, foram já conseguidos avanços importantes. Mais do que caras novas, é preciso uma nova forma de “fazer política”, e essa nova forma maneira de fazer política é na verdade mais difícil do que encontrar novos protagonistas, porque implica mexer com práticas e tradições profundamente enraizadas nas estruturas partidárias, ortodoxias que durante anos se cristalizaram como a única forma de viver o partido.

É por isso que iniciativas como os fóruns do PS, promovidos em torno do secretário-geral, devem ser mais do que exemplos isolados do que pode ser feito, devem ser modelos de acção cuja lógica deve ser repetida e passada à prática nas mais diversas instâncias do partido. E o último congresso, em particular por via das possibilidades de actuação abertas pelos novos estatutos e pelas novas figuras neles previstas, representou justamente um passo fundamental na criação de condições orgânicas para a dinamização da capacidade de intervenção política – interna e externa – do partido.

Mas sempre tendo bem presente que a renovação não se decreta. Não basta regulamentar estatutariamente novas possibilidades de actuação. Não basta que aceitemos como exemplo da renovação os passos concretos dados nesse sentido a nível nacional. É, pelo contrário, fundamental que o partido integre no seu quotidiano e nas suas diferentes estruturas a renovada capacidade de fazer política (seja nacional, seja regional e local) que permite ao PS fortalecer e enriquecer o seu espaço político. É que a renovação não é apenas uma questão interna; tem, também, efeitos profundos sobre a imagem que o partido projecta para o exterior.

Há quem diga (e alguns pensam mas não dizem) que o impulso renovador que tem guiado a vida do PS ao longo dos últimos meses não terá grandes efeitos, e que seria tempo perdido. Nada de mais errado. Os partidos não têm sentido se apenas assegurarem o (quase) monopólio da representação eleitoral. Têm de ser capazes de protagonizar a representação política no sentido mais estrito do termo, i.e. assegurar que

No plano externo, Portugal ficará isolado, na obsessão de cumprir o défice (o que apesar de tudo poderia atribuir-nos alguma medalha de bom comportamento) mas, no plano interno, acentuar-se-ão, seguramente, as debilidades da economia portuguesa e a insensibilidade perante a justiça e a equidade fiscais que, aos portugueses, são devidas.

alguns casos não ocorrerem por inadequada avaliação da conjuntura e que, noutros casos, como é actualmente, não ocorrem por declarada opção ideológica. Só assim se pode entender a circunstância, relatada recentemente, de que, no âmbito do actual mandato, a administração fiscal ainda não recorreu aos tribunais, por uma só vez, para solicitar o levantamento do sigilo bancário nos termos da legislação actualmente em vigor.

Sabe-se, desde há muito, que as ministros das Finanças e da Justiça (vá-se lá saber porquê!) são contrárias a qualquer modificação legislativa que flexibilize o levantamento do sigilo bancário, a pedido da administração fiscal. Comprova-se, agora, que o Governo de que elas fazem parte e a administração fiscal, que tem, no topo da hierarquia, aquele que foi o primeiro e último “defensor do contribuinte” (pequenos e grandes supõe-se), abdicam de utilizar os mecanismos legais existentes.

Se outras avaliações não houvesse, até podíamos concluir, por isto, que a situação fiscal portuguesa vive no melhor dos mundos e na mais justa e adequada das harmonias.

Desta forma o Governo envia permanentemente aos contribuintes uma mensagem perversa pois o êxito e a arrecadação fiscal sempre ocorrem à custa dos rendimentos mais visíveis (independentemente do seu nível) anulando, desta forma, qualquer princípio orientador para uma verdadeira equidade fiscal.

Ora, não há soluções técnicas que gerem, a médio prazo, sistemas fiscais competitivos (como reclama o Governo e de uma maneira geral os cidadãos mais esclarecidos) se não forem subordinadas a esse princípio da equidade fiscal. Mais cedo ou mais tarde os contribuintes “vingam-se”, seja não pagando os impostos (ou atrasando o seu pagamento indevidamente) seja recorrendo a soluções de recurso e habilidade para cumprir, apenas formalmente, as suas obrigações para com o Estado.

O anúncio recente de que milhares de contribuintes regularizaram as suas dívidas ao fisco, através de cheques sem provisão, se não fosse patético, seria absolutamente esclarecedor.

Dir-se-á que nestes casos estamos já no limiar da criminalidade (o que é verdade!) mas nem por isso deixa de ser menos importante compreender as razões profundas que justificam estes comportamentos.

Razões que radicam no sentimento de iniquidade que se vive, na revolta contra a injustiça e na fragilidade da estrutura económica dos contribuintes, e na incapacidade demonstrada pelo Governo de lutar, politicamente, contra estas situações.

É, aliás, irónico que na sequência de um fundamentalismo orçamental que levou o Governo a paralisar o investimento, a penalizar o consumo e os rendimentos e a criar um ambiente propício ao desemprego e à exclusão (tudo à luz de equívocas exigências dos parceiros europeus) se assista agora, à criação na Europa, (por impulso das economias mais fortes) de um clima favorável à reavaliação dos processos de consolidação orçamental e das correspondentes políticas fiscais.

Com o pretexto da guerra no Iraque a Comissão prepara-se para propor a flexibilização do PEC que os mercados e a situação de estagnação da economia europeia, crescentemente, vinham a exigir.

No plano externo, Portugal ficará isolado, na obsessão de cumprir o défice (o que apesar de tudo poderia atribuir-nos alguma medalha de bom comportamento) mas, no plano interno, acentuar-se-ão, seguramente, as debilidades da economia portuguesa e a insensibilidade perante a justiça e a equidade fiscais que, aos portugueses, são devidas.

Ou seja corremos um sério risco de voltar ao tempo passado do “orgulhosamente sós”.

A RENOVAÇÃO EM CURSO

funcionam enquanto mecanismo gerador de políticas concretas, protagonizar as preocupações dos cidadãos e funcionar enquanto instâncias de participação abertas em que a política não se limita à definição incessante e variável de equilíbrios de poder internos.

Temos de ter um partido orientado para a actuação fora das suas estruturas. Um partido revitalizado, em que a discussão política tem espaço e é estimulada. Um partido em que as secções de residência estão abertas e funcionam, e funcionam *de facto* para a política, porque só assim as estruturas residenciais (locais, concelhias e federativas) fazem verdadeiro sentido. Um partido em que os militantes, todos os militantes, têm, se assim o desejarem, voz e espaço de intervenção, porque esses espaços existem e funcionam. Um partido aberto ao contributo daqueles que, não sendo militantes, querem partilhar connosco as suas ideias e propostas.

É este o sentido da renovação, e urge que ela se generalize no terreno. É este o processo que está em pleno curso e que já está a ter efeitos de enorme importância. O PS é, por via do empenhamento consequente que tem sido colocado nestas questões, o partido com uma vida interna mais dinâmica, mais democrática e mais participada. É, também, o partido mais preocupado em combater o afastamento e a desconfiança dos cidadãos face à política e aos políticos. E, tendo em vista esse objectivo, aquele que mais se empenha em reformar o sistema político – começando, como a prudência aconselha, por si próprio, porque só assim tem legitimidade para o exigir aos outros.

Não é por acaso que internamente a renovação ganha espaço a cada dia e é, em cada vez mais estruturas e militantes, assumida como o caminho de futuro a seguir. Externamente, e sobretudo no médio e longo prazo, não deixaremos de colher os frutos do trabalho de base que está a ser levado a cabo: a renovação que permite tornar real e efectiva a utopia de um partido mais próximo daquilo que sonhamos e queremos.



MIGUEL CABRITA

Nenhum europeu, seja da Alemanha ou de Malta, se pode satisfazer com perspectiva do seu país vir a deter a Presidência do Conselho da Europa durante seis meses, 12 anos depois.

O início da guerra

Todos os estrategas dizem que a guerra no Iraque começará por uma ofensiva aérea. Se for o caso, o desejável seria que a aviação americana começasse pelo exercício de tiro ao alvo de destruir todas as estátuas do Saddam que estão nas grandes praças do Iraque. Com as estátuas destruídas e o ego algo abalado, é possível que Saddam se mostre mais sensível às pressões internacionais, em particular dos países árabes, para abandonar o poder em troca de um exílio, senão dourado, pelo menos seguro. Seria, também, o modo de dar uma oportunidade aos iraquianos, sujeitos a uma feroz ditadura, para, antes de serem violentamente bombardeados, poderem exprimir o que sentem, acorrendo a proteger os retratos do Saddam espalhados por todo o Iraque, ou começando a destruí-los. Infelizmente, é provável que a aviação americana, sem precisão suficiente para dar cabo das estátuas, comece pelos violentos bombardeamentos.

A Presidência europeia

Na recente entrevista dada em Bruxelas a um jornalista do "Expresso", Giscard d'Estaing, que preside à Convenção encarregue de estudar o futuro institucional da União Europeia, apresentou e defendeu uma proposta que tem, desde já, o apoio dos grandes países, mas que exige a maior atenção dos mais pequenos. No essencial esta proposta consiste em substituir a actual Presidência rotativa (de seis em seis meses) do Conselho da Europa, por uma Presidência para a CE bicéfala, estável e eleita por processos em que a dimensão dos diferentes países é tida em conta. Os maiores, com mais população e, sobretudo, meios mais poderosos de influenciar a eleição, apoiam, naturalmente, esta proposta, que lhes dá a certeza de serem eles a decidir a eleição dos dois Presidentes.

Mas como será possível interessar cidadãos da Grécia, da Lituânia, ou de Portugal, numa eleição que todos sabem ser decidida muito acima das suas cabeças? De facto, esta proposta cria duas categorias de cidadãos, os dos países com influência na escolha da Presidência e os outros.

Não basta dizer que a Europa precisa de instituições fortes. É preciso que sejam fortes e aceites. Esta proposta poderá ser imposta pela força dos votos (e das pressões) dos países maiores, mas não será sentida como algo que lhe interesse pela generalidade dos cidadãos dos países

Espalhou o ministério que, agora vai ser a doer a carga sobre os devedores que não puderam ou não quiseram aproveitar o bónus do Governo. E a esses devedores, grandes ou pequenos, que se declararam devedores quando apresentaram as declarações de rendimentos não caberá o direito de perguntar ao mesmo ministério porque é que não saltam forte e feio sobre os que não declaram coisa nenhuma e por isso não constam da lista negra e feia?

A ministra das Finanças decidiu, e diz-se que em boa hora, lançar um esquema de perdão fiscal, na tentativa de cobrar o mais possível das dívidas dos portugueses em impostos. E, então, decretou o perdão de juros nos pagamentos voluntários até ao final de 2002.

O esquema funcionou bem, do ponto de vista da promotora, tendo sido arrecadado cerca de seis vezes mais do que esperaríamos os mais optimistas. E foi considerado significativo o facto de 300 mil contribuintes terem acorrido à regularização, sujeitando-se, inclusivamente, a filas intermináveis e a horas de espera. Sendo mais de metade as empresas a liquidar o IRC? Mudança de mentalidades? Acho que ninguém acredita. Das contas finais sobressaiu que foram cobradas 10 por cento das dívidas. E se o mesmo critério calculativo fosse aplicado, teríamos que 90 por cento dos devedores se deixaram ficar em casa. Ou confiando na ferrugem da máquina cobradora, ou acreditando em novos perdões, quiçá mais vantajosos. Ficou muita gente a dever (dois milhões e setecentos mil) e a tentar driblar o inimigo "fisco". E neste número ficam só os que fizeram a sua declaração e não pagaram o que lhes caberia. Ficam de fora os que ignoraram o fisco e simplesmente não declararam nada ou muito aquém dos rendimentos reais.

Eu cá por mim acho que os impostos são como a chuva. É muito precisa em determinados sítios e em certas épocas, mas cada qual, enquanto indivíduo, foge dela e, se a ela tiver de se expor, protege-se de todas as maneiras. Guarda-chuva, impermeável, galochas e o que mais inventar. E inventa protecção reforçada se a saraivada for intensa e redobra a protecção ou até se esconde se ouvir que pode vir borrasca.

Os impostos são precisos, sim senhor, no ministério e nas autarquias, mas como da chuva, é normal que os indivíduos deles fujam, que os evitem, que se não "molhem" e muito menos "ensopem". Não acho, pois, sério, dizer-se que quem foge aos impostos não é sério.

Evitar a machadada do fisco pode ser considerado um gesto instintivo de autodefesa. É natural, e sei lá se legítimo, que cada qual invente as fórmulas que lhe pareçam mais expeditas e camufladas para evitar o pagamento dos impostos. Caberá ao Estado colector ser mais expedito ainda e inventar e pôr em prática as formas de lançar a rede, de malha adequada, a malha muito fechada apanha muita petinga, mas permite a fuga dos peixes graúdos que aprenderam a nadar em águas profundas.

Terá o Estado colector de descobrir chuços capazes de fazer sair das tocas sombrias os grossos peixes. E se não saírem com chuços, que seja descoberto e aplicado uma espécie de gás

NOTAS POLÍTICAS

pequenos, que são metade da população europeia. Qual será o futuro da Europa se, em largas zonas, os seus habitantes se começarem sistematicamente a abster nas eleições europeias?

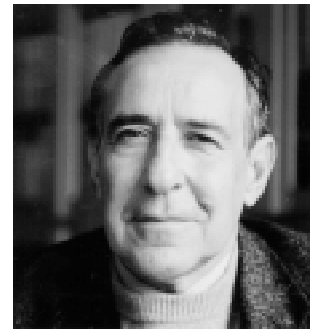
Giscard d'Estaing tem, no entanto, razão quando diz que, com o alargamento da União Europeia a 25 países, o sistema das Presidências rotativas não contenta ninguém e não pode funcionar. Nenhum europeu, seja da Alemanha ou de Malta, se pode satisfazer com perspectiva do seu país vir a deter a Presidência do Conselho da Europa durante seis meses, 12 anos depois. Os pequenos países não podem, assim, rejeitar pura e simplesmente a proposta da Convenção presidida por Giscard.

Têm de lhe arranjar alternativas e sem perda de tempo. É absolutamente necessário que os cidadãos dos pequenos países possam ter influência na escolha da Presidência da Europa.

A solução pode, talvez, encontrar-se numa extensão da fórmula agora proposta pela Convenção. Em vez de uma Presidência bicéfala para a CE, o indicado pode ser uma Presidência com três elementos para o Conselho, um deles, pelo menos, eleito por todos os países com votos iguais. Com uma regra assim, nós, portugueses, gregos, lituanos e malteses, podemos, de facto, ter influência na escolha da Presidência europeia e, conseqüentemente, não ter o sentimento de pertencer a uma Europa marginalizada.

Aceitarão os grandes países europeus esta regra? É um teste que lhes é feito.

Há um argumento adicional. Um órgão com um número par de elementos deve ser sempre evitado. Se os dois Presidentes entrarem em confronto a Europa fica bloqueada. Uma Presidência bicéfala será sempre um erro. Há uma velha máxima dos seminários que convém não esquecer: "Nunca dois, sempre três".



ANTÓNIO BROTAS

COBRANÇA EXTRAORDINÁRIA

lacrimogéneo subaquático que os faça sair. O fisco terá que pôr em prática todos os meios técnicos e humanos e legais "e os meios existem" para rasgarem as defesas dos contribuintes. Sobretudo dos graúdos e que não contribuem.

Parece que, por terem aprendido o caminho, os agentes do fisco procuram sempre os mesmos. Os que declaram e pagam alguma coisa.

Disse o fiscalista Saldanha Sanches que, para solucionar o problema da evasão e da fraude fiscais, haveria que reformular toda a máquina fiscal, porque a corrupção "a grande, a média e a pequena" há muito que passou a ser considerada um direito adquirido. O mesmo que dizer que a única coisa que se faz é lançar rotineiramente a rede de malha apertada para caçar uma grande quantidade de petinga. E mesmo a petinga dá a "gorja" para reduzir a espórtula.

Espalhou o ministério que, agora vai ser a doer a carga sobre os devedores que não puderam ou não quiseram aproveitar o bónus do Governo. E a esses devedores, grandes ou pequenos, que se declararam devedores quando apresentaram as declarações de rendimentos não caberá o direito de perguntar ao mesmo ministério porque é que não saltam forte e feio sobre os que não declaram coisa nenhuma e por isso não constam da lista negra e feia? As empresas que andam anos e anos a apresentar a declaração sempre com prejuízos. Os gestores ou gerentes de todo o tipo de empresas que auferem só o salário mínimo, têm que andar em popós emprestados pela empresa, muitas vezes topos de gama, "como sempre vai dar prejuízo, empresta para os domingos e feriados, passeios e férias, já agora, sempre abastecidos e com manutenção feita", como não têm meios, pedem duas mulheres à empresa para lhes fazerem os serviços domésticos e como ganham pouco, não têm casa "é da empresa a moradia que habitam, cedida de borla, com manutenção, incluída luz e aquecimento, mais autarquia suportadas pelo dono", pedem e obtêm isenção de propinas nas universidades dos filhos, "que também vão de carro cedido pela empresa", não pagam as creches e infantários ou pagam muito menos e até pedem apoio social para compra de livros escolares.

É capaz de ser por esse caminho que se devia seguir para enredar os tais dois milhões de contos, "dez mil milhões de euros", que ficam nos bolsos dos evasores todos os anos. Não será senhores Valdez/Leite?

JOSÉ PINTO DA SILVA

A SEMANA PREVISTA

Foi agendada em conferência de líderes a interpelação do Partido Socialista ao Governo sobre a situação económica e social do País para o próximo dia 20 de Fevereiro.

O Conselho Geral do Gabinete de Estudos do Partido Socialista reúne-se no próximo sábado em Lisboa.

Realiza-se hoje uma reunião da Comissão Política do Partido Socialista para analisar a situação política.

Com a presença do deputado socialista José Magalhães, a Secção do PS/Benfica e São Domingos de Benfica promove hoje um debate sobre a "Reforma da Administração Pública".

No próximo sábado tem lugar a Convenção Autárquica de Tondela, que contará com a presença de José Leitão.

Promovido pela delegação socialista portuguesa do PE, decorre em Bruxelas, entre os dias 18 e 20 de Fevereiro, um encontro de reflexão sobre a "Reforma da Política Agrícola Comum".

Terá lugar amanhã, no auditório da Fundação Mário Soares, o lançamento do livro "Visões do Mundo, As Relações do Mundo Contemporâneo" da autoria de João Gomes Cravinho.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.



PORTUGAL SOCIALISTA

QUESTÕES EUROPEIAS

Convenção Europeia
Pacto de Estabilidade
Política Agrícola
Agricultura e desenvolvimento

Visite-nos na internet
www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/portugal

ACCÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

PARTIDO SOCIALISTA
Sede Nacional - Largo do Rato, 2 - 1250 Lisboa
213 822 000
info@ps.pt

GRUPOS PARLAMENTARES

Assembleia da República
Palácio de São Bento - Lisboa
213 919 264
gp_ps@ps.parlamento.pt

PARLAMENTO EUROPEU
Rue Wiertz, Asp 14G358 - Bruxelas
003 222 842 133
pselegpt@europarl.eu.int
Delegação em Portugal
Centro Europeu
Largo Jean Monnet,1 - 1269-070 Lisboa
21 314 23 05

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES
Rua Marcolino Lima - 9900 Horta - Açores
29 220 76 00/1

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DA MADEIRA
Av. do Mar - 9000 Funchal - Madeira
291 232 150 / 291 230 107

ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
Rua Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha
214 198 105



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **Augusto Santos Silva**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvinogilva@partido-socialista.pt

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt
Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt
Paulo Pisco

Secretariado **Virginia Damas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/acciao
E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa